

----- A C T A N . º
06-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

20 DEZEMBRO DE 2007-----Aos vinte dias do mês de Dezembro de 2007,
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no
edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de
2008, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de
18.09, n a s u a a c t u a l
redacção;-----**2 º Ponto** –

Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2008 – Grandes Opções do Plano e
Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da
alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----

-----**3 º Ponto** - Discussão e votação do Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e
Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2008, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º
da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

4 º Ponto – Ratificação de Declaração de Interesse Municipal para conjunto Turístico “Sizandro
Village Resort”, sito na Praia Azul, freguesia de Silveira, requerida por Merridale Investment
Partnership Lda – processo IO/69/7, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 130 do PDM ratificado
pela resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007 de 26 de Setembro de
2007.-----**5 º Ponto** - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara,

acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de
18.09, n a s u a a c t u a l
redacção.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves
Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo
Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a

indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho,
José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes
da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia,
Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo Miranda de Jesus
Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale
Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho
Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes

Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalho de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e
A n a R i t a P e r e i r a
Antunes.-----

----Faltaram os membros: Paulo Jorge Marques Marreneca, João António Gomes Varela.-----

----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

LEITURA **DA**

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 4 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

RENUNCIA **AO**

MANDATO:-----Presente e-mail de António José de Oliveira Esteveira, de 12 de Dezembro, a solicitar renuncia ao seu mandato, por dificuldade de compatibilização entre o exercício de funções no Conselho de Administração da Promotorres EEM e as funções de membro da Assembleia Municipal.-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, informou que nos termos do n.º 4 do art.º 76.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, os membro que se segue na lista, já tinha sido convocado a Sra. Maria João de Carvalho Franco Roque Alves.-----Aproveitou para agradecer o bom contributo que Sr. António Esteveira deu enquanto membro da Assembleia Municipal. Lembrou que foi um elemento activo e participativo que emprestou democracia a todos.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

2:-----Presente e-

mail de Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, de 18 de Dezembro, que nos termos da legislação em título, solicitou a sua substituição nesta sessão por motivo de doença, encontrando-se presente Ana Rita Pereira Antunes.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia da Freiria, de 18 de Dezembro, a informar que o Presidente da Junta, Sr. Paulo Marreneca não pode estar presente nesta sessão uma vez que neste dia e à mesma hora se realiza a Assembleia de Freguesia da Freiria.-----

DOCUMENTO

4:-----Presente fax n.º 342 da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, de 18 de Dezembro, a informar que o seu Presidente, Sr. João António Gomes Varela, não estará presente nesta sessão por motivos oficiais.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----

A P R E S E N T A Ç Ã O D A S A C T A S A N T E R I O R E S :

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 4 de 22 de Junho, com nova redacção dada ao ponto 8 pela Mesa da Assembleia e n.º 5 de 27 de Setembro do corrente ano, que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----Pedi o uso da palavra o membro **Flores da Cunha**, para manifestar o seu desacordo com o novo texto da acta n.º 4 no que se refere ao ponto 8, uma vez que não houve troca de palavras como indicado.-----

-----Fez notar que depois de ter dito que “*não tinham chegado à Madeira*”, quando o Sr. António Carneiro mandou calar o Sr. Paulo Bento, ele sentiu-se ofendido porque se achou comparado com o “*palhaço*” do Alberto João Jardim. Reforçou que não ofendeu o membro António Carneiro, o que se de p r e e n d i a a g o r a d o texto.-----

-----O Sr. **António Carneiro** corroborou as palavras do colega, admitindo que provavelmente na altura estava distraído e não percebeu que ele estava a fazer um elogio à democracia continental.-----

-----Também o Sr. **Paulo Gonçalves** fez uma correcção ao último parágrafo da sua intervenção na acta n.º 4, ponto 2, a fls 43, que passa a ter a seguinte redacção “ Por último, salientou que não conseguia compreender como é que existe uma enorme disparidade entre o valor de € 250. 000,00 dada para campo relvado (informação de 9 de Agosto de 2006 do Chefe da Divisão de Acção Social

Rodrigo Ramalho) e os valores referidos em 25 de Maio de 2007. Isto é, nos quatro campos mencionados o valor mais baixo é de €326.000,00, chegando o mais alto aos €414.600,00”.-----

-----Ainda no ponto 8 o **Sr. Hugo Martins** disse que não constava em acta uma intervenção que fez nome da Comissão Política do PSD, na qual exigiu ao membro António Carneiro, uma retratação pública sobre o Presidente da Região Autónoma da Madeira que tinha sido ofendido.-----

-----Em resposta ao Sr. Flores da Cunha o Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, disse que do texto apresentado, não se depreendia nenhuma ofensa e submeteu à votação a acta em questão.-----O **Sr. Sérgio Jacinto** pediu o uso da palavra para apelar a atenção da mesa para esta questão, uma vez que a acta deve ser o espelho do que se passou na Assembleia, e quando um dos visados entende que não está correcta a sua intervenção deveria recorrer-se à gravação.-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, informou que a lei preceitua que a acta é um resumo do que de essencial se tiver passado, e não é um diário, pelo que esta Assembleia estava a agir de acordo com o regimento e com a lei. No entanto, qualquer membro pode apresentar por escrito à mesa uma correcção à sua intervenção.-----Interveio de seguida o membro **Marco Claudino**, para lamentar que a Mesa da Assembleia não tenha tido em atenção o pedido do Sr. Hugo Martins em relação ao ponto 8 da acta n.º 4 .-----Também o **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio sobre este assunto para dizer que entendia que os membros que considerem relevantes as suas intervenções e neste contexto quando o projecto de acta é distribuída, quem sentir que a mesma não reproduz a sua intervenção, pode informalmente abordar a mesa, ou, aquando da apresentação da acta, apresentar à mesa uma proposta escrita de correcção, sobre a qual a Assembleia deliberará.-----Fez notar que no caso da votação final lhe ser desfavorável, o membro pode nos termos do n.º 1 do art.º 93.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, fazer constar na acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** disse que registou as palavras proferidas e passou à v o t a ç ã o t e n d o - s e r e g i s t a d o o seguinte:-----Acta n.º 4 de 22 de Junho de 2007 – aprovada por maioria, com 29 votos a favor, 7 contra e 6 abstenções.-----

-----Acta n.º 5 de 27 de Setembro – aprovada por maioria, com 40 votos a favor e 2 abstenções.

-----O membro **João António Flores Nunes da Cunha** apresentou a declaração de voto que se transcreve:-----

-----“Na adenda à acta n.º 4 de 22/06/07, a folhas 2, segundo parágrafo lê-se: “ao que se seguiu uma troca de palavras entre ele e o membro António Carneiro que manifestou veemente o seu desagrado

com estas palavras, sentindo-se ferido com esta comparação, tendo o Presidente da Assembleia Dr. Alberto Avelino suspenso os trabalhos da sessão por 5 minutos, porque o diálogo entre ambos estava a extravasar qualquer interesse do município.”-----Isto não corresponde à verdade, porque não houve qualquer troca de palavras entre mim e o António Carneiro e porque não foi esta a razão que o Presidente da Assembleia interrompeu a sessão.-----

-----Por este motivo votei contra a aprovação desta acta.”-----

REQUERIMENTO DO MEMBRO JOÃO ANTÓNIO FLORES NUNES DA CUNHA:-----

BOLETIM MUNICIPAL:-----

-----O *Sr. Flores da Cunha* deu nota que no dia 20 /09/07 enviou ao Presidente da Assembleia um requerimento, na sequência de uma resposta que tinha recebido relativamente a outro requerimento onde solicitou o agendamento para a sessão de 27 de Setembro, da discussão das deliberações dos órgãos autárquicos nos termos do art.º 21 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, uma vez que a Câmara não cumpre a lei no que diz respeito à publicação destas deliberações que têm eficácia externa, no boletim oficial.-----Deu nota ainda

que enviou o requerimento para chamar a atenção deste facto, mas o Sr. Presidente da Assembleia não entendeu ou fingiu não entender e remeteu-o para a Câmara.-----Alertou que já passaram 2 meses, compreendia que a autarquia tinha mais que fazer do que dar resposta às solicitações dos membros da Assembleia que pretendem que se cumpra a lei e apesar de achar que o Boletim Municipal está bem feito, também tem que ter aquilo a que a lei obriga.-----Frisou que não era primeira vez que abordava esta questão, já o tinha feito no mandato anterior, mas como resposta obteve risos dizendo que o boletim municipal estava a incomodar muita gente.-----Prosseguiu indicando que não o incomodava, era útil, mas entendia que não tem que ser só órgão de propaganda, tem também de informar devidamente aquilo que se passa na autarquia, e aquilo que é mais importante, ou seja informar as festas, mas também quando aumenta a água, quando as taxas de saneamento são alteradas, de editais que vão alterar as suas vidas, etc.-----Deste modo solicitou que o Presidente da Assembleia desse continuidade ao seu pedido.-----O Presidente da Assembleia, *Sr. Alberto Avelino* informou que o ofício a enviar os documentos solicitados, tinha sido assinado por ele no início da presente sessão, pelo que os documentos deveriam ser entregues no dia seguinte.-----Pedi para usar da

palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que informou o membro que a autarquia estava a preparar um novo Boletim Municipal, possivelmente a sair em Abril, o qual incluirá as principais deliberações do Município. Até Abril porque existe um concurso para este formato, o qual cessa nesse

mês.-----

Aproveitou para fazer um reparo, no sentido de uma boa utilização dos instrumentos que cada um tem ao seu dispor. Assim informou que as cópias das deliberações do Executivo com eficácia externa desde 2002, representou a mobilização de vários funcionários durante uma série de dias, para fotocopiar os documentos que perfazem possivelmente três resmas de papel.-----Reforçou que o membro está no seu direito, mas este é também o direito de 46 pessoas, e se cada um o exercer o desta maneira interrogava-se como é que a Câmara poderá funcionar. Sem querer classificar o interesse ou vantagem do solicitado, lembrou que os funcionários que cumpriram com o requerido, não puderam estar a elaborar as actas, porque são os mesmo.-----Assim solicitou alguma parcimónia na utilização dos direitos, nomeadamente administrativos, porque que não fica mal a ninguém, independentemente do ego ser maior ou mais pequeno.-----

----Em defesa da honra o *Sr. Flores da Cunha* pediu novamente o uso da palavra dizendo que o edil acusou-o de emperrar o funcionamento da CMTV com o pedido que lhe fez, e fez notar que se os esclarecimentos que lhe foram dados na presente sessão, tivessem sido facultados no dia 27 de Setembro nada disto tinha acontecido.-----

Lembrou que já que não foi a primeira nem a segunda vez que abordou este assunto, parece com certa razão. Este requerimento surgiu devido ao Sr. Presidente da Assembleia ter entendido que ele fez um pedido vago e como tal foi obrigado a solicitar elementos concretos para solicitar o agendamento do assunto.-----Terminou manifestando a sua satisfação por a partir de Abril o Boletim Municipal passar a ser como deve ser.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SALÁRIO **MINIMO**

NACIONAL:-----A *Sra. Laura*

Rodrigues congratulou-se por ter sido aumentado o Salário Mínimo Nacional, mas lamentou que foi apenas para €426.-----

No seu entender, com tantos anos de democracia, era importante que Portugal tivesse um menor desfazamento entre ricos e pobres e não possuísse um dos salários mínimos mais baixos da Europa. Em termos globais para a imagem do país e sobretudo para quem recebe este valor é uma situação extremamente negativa.-----

Assim, e tendo presente a época natalícia que se atravessa, e quando se fala muito em solidariedade, todos deviam reflectir sobre este assunto.-----

Por último lembrou que há pouco tempo estiveram em Portugal empresários conceituados que disseram que se

o salário mínimo aumentasse, provavelmente haveriam muitas mais empresas que iriam à falência.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ESTADO DO AMBIENTE NO CONCELHO DE TORRES

VEDRAS:-----O *Sr. José*

Menino deu nota que já tomou posse a comissão em título, da qual faz parte conjuntamente com a Sra. Laura Rodrigues e a Sra. Dalila de Carvalho.-----Tendo presente que os Presidentes de Junta já receberam a documentação enviada pela comissão, manifestou o desejo de que todos compareçam às reuniões, e cedam as instalações tal como solicitado.-----

Reforçou que foi entendimento da comissão que um bom trabalho sobre o ambiente tinha que partir das bases da democracia, que são as freguesias. Deste modo agradeceu desde já a disponibilidade dos autarcas, no sentido de todos juntos tentarem encontrar soluções para os gravíssimos problemas do ambiente do concelho, em todo o país e no mundo.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ALAMEDA DO PODER LOCAL:-----

-----O *Sr. José Menino* lembrou que há uns anos atrás se discutiu neste órgão o nome a atribuir à Escola Profissional Agrícola, tendo então sugerido o nome de Fernando Barros Leal, um homem de bem que cedeu os terrenos e colaborou na sua construção, e que no seu entender merecia ter o seu nome ligado à escola.-----Deu nota

ainda que a sua proposta não foi aceite, mas anos mais tarde foi aprovada por um dos Executivos Camarários, tendo ficado satisfeito com a decisão mas ligeiramente ofendido pela mudança de posição.-----

-----Lembrou agora que há uns meses atrás sugeriu que fosse dado o nome em título à artéria que vai dar à Expotorres tendo ficado surpreendido quando constatou que já lhe foi atribuído outro nome.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se tratou de um desencontro, pelo qual pediu desculpa, mas como se deparam com alguma dificuldade para encontrar nomes para as ruas, a sugestão brevemente será tida em conta.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REDUÇÃO DAS VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA PELO GOVERNO:-----O Presidente da Junta de

Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Paulo Bento* lamentou que pelo segundo ano consecutivo, o governo do Eng.º Sócrates tenha reduzido as verbas a transferir para as juntas de

freguesia.-----

Lamentou também que a AMO não tenha tomado uma posição sobre este assunto e manifestou o seu desagrado pelo desrespeito e desconsideração que o governo central mostrou por aqueles que, sendo eleitos pelo povo, tentam fazer o melhor que sabem e podem pelas populações, com o pouco que têm.-----

Reforçou que não é pelo montante, mas sobretudo pela falta de respeito, mais uma vez deste governo pelas autarquias, nomeadamente as freguesias.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACIDENTE COM A EMBARCAÇÃO “LAVI” NA PRAIA DO PISÃO – SANTA CRUZ COM TRÊS PESCADORES DA MACEIRA:-----

VOTO DE AGRADECIMENTO:-----

O Presidente de Junta Freguesia da Maceira, *Sr. Francisco Inácio* deu conhecimento do acidente em título, que ocorreu no passado dia 13 de Dezembro, e no qual faleceu um dos pescadores.-----

----Declarou que a sua intervenção veio no sentido de fazer um voto de agradecimento aos dois jovens surfistas, realçando a coragem de Tiago Antunes e Carlos Teodoro, que com a sua pronta actuação conseguiram salvar dois pescadores.-----

Expressou também os agradecimentos à Capitania do Porto de Peniche e aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, que se deslocaram ao local, pelos esforços que desenvolveram para encontrar o pescador desaparecido.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, mandar lavra em acta um voto de agradecimento a Tiago Antunes e Carlos Teodoro.-----

CENTRO DE SAÚDE DA CARVOEIRA:-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira, *Sr. José Manuel Cristóvão*, alertou que não há clínico no Centro de Saúde da Carvoeira, o qual abrange cerca de 1500 doentes, numa freguesia em que 1/3 da população tem mais de 65 anos e poucos recursos económicos.-----

Frisou que a situação é muito preocupante e a junta tem disponibilizado transportes para a população se deslocar ao centro de saúde da cidade.-----

Concluiu, reforçando que provavelmente existem no concelho mais freguesias com o mesmo problema, e solicitou que o Presidente da Câmara interceda junto da ARS, no sentido de desbloquear a

situação.-----

---O *Sr. Presidente da Câmara* disse que partilhava da preocupação do autarca, e deu nota que

esteve recentemente reunido com o Director do Centro de Saúde de Torres Vedras, tendo percebido que se trata de um problema difícil de resolver, uma vez que teve conhecimento que este centro abriu concurso para a vaga de 3 médicos, e só um concorreu.-----

Fez notar que a situação era entendível por todos, se for tido em conta que o ordenado oferecido é de € 1236 para 36 horas, fora os descontos, o que não constituía um vencimento para cativar, quem quer que seja na saúde pública. Trata-se de uma questão de fundo, que tinha que ser resolvida noutras instancias e não neste Órgão Deliberativo.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS DE REPARAÇÃO EFECTUADOS PELA ÁGUAS DO OESTE, SA:-----

O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, *Sr. José Manuel Cristóvão* manifestou o seu desagrado com as obras de reparação que a empresa Águas do Oeste, SA ia levar a cabo na freguesia que preside.-----

Disse que solicitou apoio aos técnicos da autarquia e ao Vereador do Sector, para acompanhar a obra, uma vez que os trabalhos não foram supervisionados por um engenheiro da empresa e iam proceder ao asfaltamento da estrada sem primeiro colocar os aquedutos.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que o sector está a acompanhar a obra em causa, e tinha o compromisso do técnico responsável da Águas do Oeste, SA que todas as situações vão ser resolvidas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA REGIÃO DE LISBOA:-----

O *Sr. José Afonso* interveio para saudar a recém criada comissão Vitivinícola da Região de Lisboa, que veio substituir a Comissão Vitivinícola Regional da Estremadura, e também a Comissão Regional da Estremadura de Carcavelos, Bucelas e Colares, sendo uma estrutura que dará um novo incremento ao futuro dos vinhos desta região.-----

Referiu que se trata de uma associação sócio-profissional nova que visa maior abrangência e mais musculação em termos de promoção vitivinícola e vinhos certificados e que inclui as 3 históricas denominações de origem, Bucelas Carcavelos e Colares, para além das 5 que constituem a região da Estremadura.-----

Terminou, dizendo que foi um passo em frente no sentido de trazer alguma economia de escala e algum melhoramento à certificação e à promoção dos vinhos de qualidade desta região.-----

Também o membro *António Carneiro* abordou esta questão, indicando que nada tinha contra a alteração da designação da comissão vitivinícola, dado que se mantém a

identidade de cada uma das sub-regiões.-----

No entanto, no seu entender será necessário complementar esta designação com um esforço de afirmação da identidade dos vinhos, uma vez que em termos internacionais a designação “Lisboa” não é uma designação útil aos vinhos da região.-----

Observou que teoricamente podem perder identidade, se não houver um esforço de afirmação de um espaço rural, que é diferente da grande Lisboa.-----

Depois desta intervenção o **Sr. José Afonso** pediu novamente para intervir para alertar que a parte polémica da questão, não está na denominação de origem, mas na designação de “Vinho Regional da Estremadura”

-----Deu nota que esta designação se vai manter, porque o Governo não aprovou ainda a nova designação de “Vinho Regional de Lisboa”, mas o pedido está pendente.-----

Por último, reiterou que estava de acordo com o colega António Carneiro, uma vez que dentro da organização pugnou pela manutenção do nome “Vinho Regional da Estremadura” porque entendia que pouco se vai acrescentar comercialmente, em termos de prestígio, com a nova designação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONCURSO PARA PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DO SPORTING CLUBE DE TORRES – MERCADO MUNICIPAL-----

O **Sr. Alfredo Reis** começou por dizer que é do conhecimento de todos a sua discordância da forma como o processo do mercado municipal está a decorrer, para manifestar a sua admiração com o anúncio do concurso em título.-----

Prosseguiu indicando que embora o dono da obra seja o SCT, todos sabem o que está por detrás, realçando desde logo que nada o move contra este clube. Entende que se trata de um presente envenenado para o clube e ficou admirado por se tratar de um anúncio de concepção/construção de um pavilhão gimnodesportivo.-----

Lembrou que quando este assunto foi discutido neste órgão deliberativo, ficou claro que seria um pavilhão que seria utilizado como mercado municipal, temporariamente, e uma coisa é um pavilhão com esse fim, outra é ser um pavilhão gimnodesportivo.-----

Reforçou que se trata de duas coisas diferentes, e uma série de empresas iriam trabalhar numa concepção/construção, um processo oneroso para as mesmas, o que seria na sua opinião uma perda de tempo, porque tudo é para voltar para trás.-----

Neste contexto solicitou que fosse-lhe prestado esclarecimentos sobre o concurso, sendo que ou estes eram bem

dados e o convencem, ou chega à conclusão que o Executivo Camarário anda um bocado confuso.-----O

Sr. Presidente da Câmara observou que certamente o membro só leu o título do concurso, porque se lesse o caderno de encargos teria constatado que se trata de uma nave ampla, onde caberá tudo, nomeadamente as instalações provisórias do mercado e só depois será feito o resto.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----**IMI**

RÚSTICO/IMI URBANO:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* deu nota que o IMI rústico seria contabilizado nos orçamentos das juntas de freguesia a partir do presente ano, e no seu entender também deviam usufruir do IMI urbano.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE DO

ROL:-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* lamentou que tendo já decorrido a metade do mandato 2005/2009, a verificação da oposição nunca tenha visitado a junta que preside.-----

-----Deste modo interrogou-se como é que o Executivo está em condições de discutir os assuntos do concelho, quando não conhece toda a sua realidade. Entendia que assim era difícil ajudarem a resolver os problemas, uma vez que considera que esse é também um objectivo deste órgão, para a l é m d e fiscalizar.-----

Prosseguiu indicando que os Executivos das juntas deviam ser esclarecidos em tempo útil, de quais as verbas que vão ser transferidas pela autarquia. Alertou que se torna complicado, no momento, fazer rectificações ao orçamento, porque desconhece as verbas que a Câmara vai disponibilizar. Este tipo de situação não deveria acontecer e não deveriam ser as juntas a receber os finais dos dinheiros.-----O *Sr.*

Presidente da Câmara esclareceu que a autarquia promoveu reuniões com todos os autarcas em Outubro, onde foram indicadas quais as verbas fixas a transferir em 2008 e 2009.-----Mais esclareceu que recentemente se realizaram novas reuniões para discutirem as verbas variáveis ou seja aquelas que são transferidas através de protocolos, municiando os autarcas com instrumentos que permitem a elaboração do orçamento para o próximo ano.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----**LEI**

QUADRO PARA AS REGIÕES DE TURISMO:-----O

Sr. António Carneiro saudou a apresentação na semana transacta de uma nova lei para as regiões de turismo, que na prática é a extinção das actuais regiões de turismo e a criação de 10 novas áreas

regionais de turismo.-----
Informou que depois de entrar em vigor, entrará em funcionamento uma comissão instaladora designada pelo membro do governo com tutela no sector.-----Disse ainda que enquanto Presidente da RTO não subscrevia o mapa apresentado, mas entende a extrema dificuldade de resolver esta questão melindrosa e admite que qualquer solução traria alguma oposição.-----

Referiu que o governo centrou a divisão do país nas cinco Nutes II e criou mais cinco áreas regionais com o mesmo estatuto, sendo que uma delas é o Oeste, o qual passará a ter um território rigorosamente coincidente com a Nute III Oeste, ou seja coincidente com a área da AMO.-----Neste contexto via como positivo o facto de Alcobaça e Nazaré vir a integrar a futura RTO, embora perca para a região de Lisboa o concelho de Rio Maior.-----Deu nota ainda que a Região de Turismo de Leiria é desmembrada com dois municípios para o Oeste, um para Lisboa e cinco para o centro.-----Salientou que, dentro deste contexto, e a nível do país, a RTO é indiscutivelmente “a grande vencedora” desta nova divisão, é a região que mais se afirma a nível nacional e que mantém a sua identidade. Salientou ainda que isto acontece porque ao longo dos anos a RTO fez um trabalho persistente com os vários governos, aos quais mostraram os projectos que estavam no terreno e os que estavam em vias de desenvolvimento.-----Referiu também que no passado dia 4 de Abril foi publicado o Plano de Estratégia Nacional para o Turismo no qual são criados novos pólos de desenvolvimento turístico no país, sendo um deles o Pólo do Oeste.-----

Prosseguiu chamando a atenção dos Senhores Presidentes de Câmara e Assembleia, e de todos os Oestinos, para o facto de o Oeste estar em pé de igualdade com o Douro, Litoral, Alentejo, e a bater-se com estas regiões que têm estatuto há muitos anos, e vai estar na frente a puxar pelo turismo nacional, até porque também não desligava este novo mapa de uma futura regionalização.-----A terminar reforçou que com esta figura na área do turismo, o Oeste ganhou um estatuto que nunca teve, que considera muito importante e muito promissor para o seu futuro.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOÇÃO:-----

-----A 2.ª Secretária da Mesa, Sra. Mara Eleutério passou a ler a moção entregue na mesa pelo membro Hugo Martins, e que se transcreve:-----“Considerando o

desinvestimento que a Região Oeste tem vindo a sofrer nos últimos anos pelos Governos Socialistas-----

Considerando a mais possível perda do aeroporto para outra localização que não Oeste-----

Considerando a alteração do traçado do IC11 que muito prejudica o desenvolvimento da Região Oeste e do município de Torres Vedras-----

-----Considerando que Torres Vedras é a capital da Região Oeste, região votada ao mais completo ostracismo por parte dos Governos Socialistas-----

-----Deve a Assembleia Municipal aprovar esta moção a endereçar ao Ministério que tutela o turismo criticando veementemente a eliminação da Região de Turismo do Oeste.-----

-----A Bancada do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Torres Vedras”-----

O **Sr. Hugo Martins** disse que a moção prende-se com a subalternização da RTO, uma vez que entende que esta região de turismo passou do “pelotão” da frente para o “pelotão” secundário.-----

-----Disse ainda que fruto de alguns comentários que tinha ouvido, pensava que esta opinião seria partilhada pela bancada do Partido Socialista, e manifestou a sua surpresa pela posição já avançada pelo membro António Carneiro.-----

-----Reforçou que a RTO tinha plenos poderes, e hoje é englobada numa região de turismo maior, passando para um “pelotão” secundário. É esta a posição que não querem, querem um Oeste forte, cada vez mais cumpridor e conhecido.-----

-----Aproveitou para expressar as sinceras homenagens ao trabalho que tem vindo a ser efectuado pela RTO, e a moção vem no sentido desta possível perda de poder.-----

-----Para terminar sustentou que o governo do Partido Socialista o tem habituado a esta perda, o que não quer, e Torres Vedras sendo a capital do Oeste tem que se insurgir veementemente contra o governo central.-----

-----O **Sr. António Carneiro** indicou que votaria contra a moção, a qual considerou um absurdo.-----

-----Fez notar que os Presidentes das Regiões de Turismo que são do Partido Social Democrata foram os primeiros a expressar-lhe os parabéns e a dizer que a RTO foi a “grande vencedora”, pelo que o colega se devia ter informado com eles antes de ter elaborado a moção.-----

-----Por fim disse que acreditava na boa intenção do colega, mas com certeza que o membro não percebeu o que lhe leu, e a moção sendo aprovada ou reprovada, será inevitavelmente alvo de gargalhada na região e no país.-----

-----De novo no uso da palavra, o **Sr. Hugo Martins** referiu que a sua moção parte da sua boa vontade em reafirmar o Oeste.

-----Deu nota que, foi por intermédio de alguns militantes do seu partido que teve conhecimento que esta nova divisão das regiões de turismo causou dissabores a algumas

-----Reafirmou que a RTO passou de uma posição primária para uma secundária e o futuro dirá se
e s t á o u n ã o
enganado.-----O
membro **António Carneiro** agradeceu a preocupação do colega e questionou se ele leu o projecto
que foi aprovado pelo Conselho de Ministros, porque não podia ter entendido.-----
Explicou que a RTO está em pé de igualdade jurídica com todo o norte, Algarve, e a grande Lisboa.
Na região de Lisboa e Vale do Tejo há duas regiões, uma que se chama Oeste e a outra que é o resto,
em cerca de cinquenta municípios, o que até agora não era assim.-----Fez
notar também que a RTO era uma pequena região no meio de 40 órgãos regionais de
turismo.-----
-----O **Sr. Hugo Martins** interveio de novo para questionar se o Oeste passou ou não de uma região
pequena para ser uma sub-região, ao que o membro António Carneiro respondeu
negativamente.-----Teve a palavra o **Sr. Paulo Adelino** para manifestar o desacordo da
Coligação Democrática Unitária com a reforma das regiões de turismo, olhando para o seu todo
nacional.-----Aludiu também às palavras do colega António Carneiro, que por um
lado se congratulou com o aumento da dimensão e manutenção da RTO, mas em termos do todo
nacional criticou, e interrogava-se se ficariam melhor do que
estavam.-----Por último questionou o colega se as
autarquias vão ter participação nos futuros organismos.-----O **Sr. António Carneiro** confirmou
que se referiu ao mapa das regiões com algum sentido crítico, até porque entende que há situações
menos conseguidas, tais como a do Alentejo que ficará partido em três regiões quando se trata de
uma unidade cultural. Também porque desaparece a marca “Minho” e “Trás-os-Montes” que se
passa a chamar “norte de Portugal”.-----Reforçou que o seu sentido crítico é em
relação ao resto do mapa nacional, e não com a RTO.---
-----Quanto à participação dos municípios, é rigorosamente o mesmo que tem a actual comissão
regional, ou seja a representação dos 12 municípios, conjuntamente com representantes de
departamentos publico-privados.-----
-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, começou por
referir que não teve oportunidade de ler o projecto de lei e dava por boa a informação do colega
António
Carneiro.-----
Referiu também que apenas tinha conhecimento das notícias veiculadas na comunicação social no
último mês, com a corajosa crítica por parte do colega ao governo, e questionou se quando fez as
críticas estava mal informado ou a lei foi alterada na última

semana.-----O *Sr. Sérgio Jacinto* fez notar que a anterior legislação sobre as regiões de turismo era essencialmente de pendor municipalista, ou seja conferia às autarquias locais, designadamente aos municípios, uma grande autoridade sobre esta matéria. A legislação agora apresentada parecia-lhe que centraliza no poder local e nas comissões de coordenação regional.-----A ser assim entendia que todo o turismo perde até pela aplicação da subsidiariedade, se quem está mais perto em princípio deve saber fazer melhor.-----O *Sr. António Carneiro* confirmou que a lei foi alterada na última semana e não centraliza no poder central.-----

----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação a moção em título, a qual foi reprovada pela Assembleia Municipal com, 2 votos a favor, 26 contra e 15 abstenções.-----

----O Grupo Municipal do **Partido Socialista** apresentou a seguinte declaração de voto:-----“O voto de rejeição da moção do Partido Social Democrata sobre o Decreto Lei que cria as “novas Regiões de Turismo “ é sustentado pelo facto de os pressupostos da mesma só poderem ter resultado de um desconhecimento efectivo do referido Decreto Lei.-----O Oeste sai altamente reforçado desta legislação, ganhando, a nível nacional um estatuto que resultou do seu crescimento económico.-----O Oeste será, em termos do futuro órgão, aquilo que as Autarquias e os diversos agentes locais quiserem.-----

----O PS congratula-se com a legislação produzida e o futuro que agora se desenha para o Oeste.-----P’lo Grupo Municipal do Partido Socialista-----António Carneiro.”-----

PROT:-----

----O *Sr. António Carneiro* informou que o PROT não tem regulamento, tem apenas linhas orientadoras de execução, e lamentava que se esteja a avançar para critérios com algum grau de especificidade, sem que seja alvo de uma discussão alargada ao nível da população da região.-----Deu nota que são os autarcas, a RTO e algumas estruturas associativas que têm o privilégio de discutir, e de traçar o futuro de uma região como o Oeste e Vale do Tejo para os próximos 15 anos, o que consiste numa responsabilidade muito grande, que está alheia a muitas pessoas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ROTEIRO TURÍSTICO DE TORRES VEDRAS DE ANTÓNIO SALES:-----

-----O *Sr. António Carneiro* saudou a autarquia pelo lançamento da obra em título, realçando o excelente trabalho produzido, que

muito prestigia o município. Disse ainda esperar que futuramente seja editado noutra língua, muito particularmente o inglês.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOÇÃO PARA UMA POLÍTICA FAMILIAR E DE NATALIDADE:-----

-----Passou-se de seguida à discussão da moção subscrita por Gonçalo Patrocínio, que se transcreve:-

-----“A família, constituída por pai, mãe e filhos, deve ser considerada como uma instituição muito própria, única e insubstituível.-----Um

conjunto destas famílias, ligadas entre si por interesses e identidades comuns, e socialmente organizadas, deram origem aos lugares e regiões, e historicamente ampliaram a sua influência a ponto de fazerem nascer os países (repartição territorial) e as nações (identidade territorial, linguística e identidade de valores).-----

-----Foi isto que herdámos, e que gerações e gerações, pelo seu trabalho, desenvolveram e nos foram entregando todo este património em vagas geracionais sucessivas, por entre conquistas, vicissitudes, vitórias e derrotas, cuja História constituiu a base de pertença, de identidade e dos laços de fraternidade que nos une num mesmo destino comum.-----Neste sentido podemos afirmar, com

muitos outros, que a família é a célula base da sociedade; que é na família que a pessoa se começa a realizar, e que é na família que se aprende as bases de se ser cidadão; que é na família que a pessoa forma a sua personalidade e começa a aprender os valores da paz e da concórdia, e da complementaridade e também da diferença e da aceitação do outro; que a família é essencial para o progresso e desenvolvimento social, cultural e económico do país, onde os indivíduos se formam para a paz e para a responsabilidade, tornando-se os homens e as mulheres do hoje e do amanhã na corresponsabilidade intergeracional e social.-----Actualmente Portugal debate-se com problemas sociais, culturais, económicos, e particularmente com um deficit demográfico na ordem dos 46% (quando o deficit económico é de 3%).-----

-----De ano para ano e em queda continuada vemos o índice de natalidade no nosso país a afastar-se progressivamente da média de 2,1 filhos por mulher necessários para a renovação geracional da população portuguesa.-----Deste facto demográfico, que é

simultaneamente económico e social, não podemos dissociar as condições com que se deparam, hoje em dia, muitas das famílias portuguesas a saber: “Em Portugal, na década de 90, o aumento das despesas de um núcleo familiar com dois filhos pequenos foi de cerca de 52% e o de um com dois filhos adolescentes, de 67%. As despesas com os

filhos pesam de tal forma no rendimento dos casais que tornam evidentes os motivos da dramática redução dos nascimentos na Europa, que muitos definiram como “apocalíptica” (Mário Mauro, A p o n t a m e n t o s p a r a u m c o n v é n i o s o b r e a família).-----A esta problemática não é alheio o concelho de Torres Vedras que nos números do INE (censos 2001) regista um crescente envelhecimento da sua população (o qual já ultrapassa a média nacional), uma diminuição da dimensão média do núcleo familiar e uma forte tendência para a continuada diminuição da taxa de natalidade.-----Assim, a Assembleia Municipal como órgão por excelência da representação de todos os cidadãos Torrienses, na senda das preocupações de outros órgãos de soberania, entre os quais o Senhor Presidente da Republica, e a par das iniciativas que por toda a Europa já se realizam, reunida a 20 de Dezembro de 2007, delibera:-----1 º - Recomendar ao Executivo Municipal a promoção de uma sã e ousada política de apoio à família e à natalidade, nomeadamente, e entre outras:-----A criação, a exemplo de outras autarquias, do cartão da família numerosa;-----A discriminação positiva das famílias numerosas nos vários regulamentos e portarias municipais, sobretudo no que respeita às taxas e tarifas municipais;-----O fomento de uma política de habitação favorável à compra, c o n s t r u ç ã o o u aluguer de casa, dos casais jovens e das famílias numerosas;-----A promoção de medidas de maior justiça fiscal às famílias, de acordo com o seu agregado familiar, criando, se for o caso, medidas de benefício fiscal em sede de IRS, IMT, IMI e Imposto de selo automóvel, entre outros;-----A divulgação e a promoção de boas práticas junto da sociedade civil e empresarial;-----A criação de bolsas de estudo a nível do ensino secundário e superior;-----A promoção de mais medidas de incentivo à fixação e desenvolvimento populacional das freguesias do interior do concelho, que apresentam altos níveis de envelhecimento e despovoamento;-----A continuação da construção de infra-estruturas e projectos de apoio à infância por todo o concelho, com especial incidência a faixa etária 0-3 anos;-----2º- Recomendar ao Governo que promova e desenvolva ainda mais uma política ousada, justa e concreta de apoio à família e à natalidade em estrita cooperação com o poder local, dando conta da presente moção.-----3º-

Manifestar ao Senhor Presidente da República a solidariedade da Assembleia Municipal de Torres Vedras com esta problemática tão importante e tão cara ao país, através da presente moção;-----
Torres Vedras, 20 de Dezembro de 2007.-----

O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** deu a palavra ao proponente da moção que fez uma breve apresentação da mesma, reforçando o seu teor.-----

-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** começou por dizer que a moção surge no seguimento de algumas preocupações que tem vindo a manifestar ao longo das últimas sessões, no que concerne à promoção de uma política familiar e de apoio à natalidade.-----

-----Lembrou as recentes posições do Senhor Presidente da Republica, no sentido de trazer esta problemática para a opinião pública e para a agenda política.-----Defendeu que a moção parte de um princípio de que a família é fundamental no desenvolvimento harmonioso da sociedade e dos indivíduos, e como tal necessita de atenção de toda a sociedade, tecido empresarial e dos poderes públicos instituídos.-----Justificou também a apresentação do documento com a crise demográfica que caracteriza a Europa, assim como o índice de envelhecimento da população torriense, com base em dados fornecidos pelo INE.-----Assim,

entendia que era importante que a Assembleia Municipal expressasse a sua preocupação com esta temática e incentive que Torres Vedras faça parte das cidades europeias que já implementaram políticas para esta questão.-----O **Sr. José**

Correia manifestou o seu acordo com a preocupação expressa na moção no sentido da alteração dos dados demográficos, que são um grande prejuízo sócio-económico, e até de algum futuro cultural do país.-----Disse que se

revia em algumas das propostas, mas não se revia na definição fechada de família, sobretudo quando existe o problema de muitas crianças que não têm família biológica nem de acolhimento. O agregado familiar não tem que ser pai, mãe e filhos, pode ser outro tipo de composição, nas quais acreditava, para do ponto de vista legal resolver os problemas de muitas crianças nessas situações.-----

-----No seguimento da intervenção do colega José Correia o membro **Flores da Cunha** lembrou que a legislação existente para as famílias é muito burocratizada. Disse que esperava que a adopção fosse facilitada, mas por outro lado via que os projectos de lei da Juventude Socialista sobre a família, nada farão para que as famílias aumentem a sua natalidade.-----

Usou da palavra o **Sr. José Augusto de Carvalho** indicando que matéria colocada, a política da família e natalidade são questões nacionais, nas quais é necessário cruzar uma análise crítica das políticas governamentais, com as competências

municipais.-----Referindo-se aos considerandos da moção, e sem prejuízo que a família é a célula base da sociedade, os mesmos não espelham minimamente a actualização que o conceito de família veio sofrendo.-----

-----Concordava que há um problema grave de natalidade, e que provavelmente nem todas as medidas de apoio à natalidade foram ainda implementadas.-----Assim, considerando a diversificação da parte prepositiva da moção, a qual requer estudo, solicitou que não fosse pedido à bancada do Partido Socialista que votasse na hora temas de tal relevância, nobreza e densidade.-----Neste contexto solicitou que a votação do documento fosse adiado para uma próxima Assembleia, de modo a puderem preparar com seriedade, que as matérias justificam, manifestando toda a disponibilidade para trabalhar no assunto.-----De novo foi dada a palavra ao autor da moção, **Sr. Gonçalo Patrocínio** que se congratulou com o facto de se ter aferido na Assembleia que o assunto apresentado é uma questão de enorme importância.-----

-----No seu entender, não só a nível nacional, mas a nível local, onde as autarquias têm cada vez mais uma responsabilidade prática, ao lhe ser conferido competências na área da educação, saúde e habitação, cada vez mais a questão da família e da natalidade está a ser delegada nas autarquias.-----Nesse pressuposto, não se importava que a discussão fosse adiada, no entanto pareceu-lhe que este adiamento estava ligado à definição que no preâmbulo se faz de família. Explicou que não se faz uma definição tradicional de família, fala-se na generalidade. No entanto era evidente que se reduz a um conceito que é o que caracteriza fortemente o país, o conceito nuclear de família, no qual nem sequer se está a prescindir das famílias mono-parentais.-----Referiu ainda que a dinâmica de incentivo à natalidade deve der conjugada com o apoio à família, uma vez que não é objectivo do país apenas criar seres humanos.-----O **Sr. Presidente da Câmara** abordou este assunto para esclarecer que as autarquias ainda não têm competência delegadas em matéria de saúde e habitação. Pensava que no curto prazo isso iria acontecer, sendo certo que presentemente as autarquias têm instrumentos politico-práticos que podem, de uma forma indirecta, actuar e agir em matérias como a mencionada na moção.-----

-----Depois das intervenções proferidas o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que a moção em epígrafe não seria votada na presente sessão, e seria objecto de análise pelos grupos municipais para ser presente a uma próxima sessão do Órgão Deliberativo.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----De seguida teve início o Período da Ordem do Dia.-----

PONTO 1- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente officio 18800, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro a solicitar o agendamento do documento em título, o qual se considera integralmente transcrito se encontra arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por indicar que o orçamento apresenta um aumento de 12%, que se deve a um conjunto de empréstimos, contraídos para fazer obra e prosseguir objectivos muito concretos da política autárquica, como se vê reflectido no PPI, que são as novas escolas e o mercado municipal. No entanto fez notar que, no que se refere às escolas, existe no orçamento uma série delas com rubricas em aberto, à espera que as regras do QREN fiquem acessíveis.-----Indicou também que se regista um aumento nas despesas de capital em cerca de 7%, que se prende também por terem um QREN em vigor desde 2007, sem se ter conseguido fazer candidaturas, uma vez que o regulamento ainda não está ao dispor dos municípios.-----Fez uma referência ao aumento de 15% das despesas correntes, que não significa um aumento de 15% de consumíveis, mas justificado por um aumento de 30% de despesa no Sector de Educação, devido contratação de mais pessoas e à prestação de novos e mais serviços, e também a mais espaços verdes, mais limpeza urbana, mais apoio social e mais política social, que no fundo é um aumento na prestação de serviços.-----Como referencia final, evidenciou que a receita corrente é muito superior à despesa corrente, e o aumento de 44% de transferências para as juntas de freguesia.-----Tal como tem vindo a fazer há vários anos o *Sr. José Afonso* abordou a receita do IMI, uma vez que o orçamento apresentado releva mais 17% de cobrança previsível para 2008, ou seja está numa linha de crescimento que considera exagerado porque onera a habitação própria, que devia parar de ser onerada.-----

Entendia que a autarquia devia manter este crescimento a níveis razoáveis, talvez acima da inflação, mas bastante mais baixos, e mexer nesta taxa.-----

Referiu que o Fundo de Equilíbrio Financeiro e o Fundo Social Municipal continuam com acréscimos confortáveis, daí o edil ter evidenciado a diferença entre a despesa de capital com diferença favorável para o lado da receita, mas que deriva fundamentalmente dos acréscimos do FEF, IMT e IMI, porque não esconde o grande aumento de despesa corrente, previsto para

2008.-----No que diz respeito à receita verificou que a autarquia goza de uma situação confortável, no sentido de todas as obras que estão em atraso arranquem já em 2008. Nada justificava do ponto de vista financeiro que estas obras não sejam iniciadas, a não ser a espera do QREN que tem sido invocado ultimamente.-----No

que se refere à despesa, alertou para o facto de, fora o aumento de encargos correntes que derivam de novas atribuições, está previsto o aumento de 6,9% de despesa com pessoal, 9% de aquisições de bens e serviços, 41% transferências correntes, pelo que pela primeira vez a autarquia ultrapassa a fasquia dos 65% na despesa corrente. No orçamento global, o orçamento aumenta 12%, mas nas despesas correntes regista 15%.-----O

Sr. Gonçalo Patrocínio começou por manifestar o seu espanto por se dar enfoque ao aumento das despesas de educação, do pessoal etc, quando muitas destas despesas são efectuadas pelas juntas de freguesias, as quais recebem da Câmara o devido financiamento, que pensa que consta na verba transferências

correntes.-----Quanto às despesas com pessoal, que sofre um aumento de 7%, interrogou-se se o mesmo se deve a nova entrada de pessoal ou então estavam acima da média do país, o que não sabia se consistia numa boa gestão de recursos humanos e de gestão financeira do município.-----Verificou o

aumento de 15% da despesa de 2007 para 2008, quando o aumento do total do orçamento se cifra nos 12%.-----Fazendo uma

análise, em termos de mandato, o custo com o pessoal cresceu 8% ao ano, quando o governo central congelou salários, e todo o país fez um esforço de contenção, uma média de 4% de aumento na aquisição de bens e serviços, e no fundo 8,5% de aumento no total das despesas correntes, sendo interessante verificar que nos quatro últimos orçamentos propostos a média é de um decréscimo de 3% ao ano do investimento em capital.-----Sustentou

que Torres Vedras necessita, no âmbito de algumas obras infra-estruturais, projectos e de estratégia a médio/longo prazo, o que tem vindo a ser prejudicado por um aumento de despesas correntes, sempre na perspectiva de que a Câmara é cada vez mais prestadora de serviços e a crítica da Bancada do Partido Social Democrata, olhando para o documento em apreço, é que falta transparecer uma estratégia

política.-----Reforçou que a autarquia não é um conselho de administração para gerir dinheiro, é um órgão eleito politicamente, sendo muito interessante chegar ao fim do ano e alcançar um bom saldo de gerência, mas é uma pena que este saldo não esteja na prática investido para o bem da população.-----Tendo presente que há um constante lamento que não se fez obra porque o QREN não veio, solicitou que o

Presidente da Câmara esclarecesse em que obras vai utilizar estes fundos. -----Fez notar que se trata de uma autarquia que tem tido consequentemente as contas equilibradas nestes últimos anos, mas para fazer maior parte das obras a que se propõe, usa o endividamento municipal, quando existem outras formas de financiamento, como as parcerias público- privadas.----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Hugo Martins**, que na análise que fez dos documentos em discussão frisou que a despesa corrente cresce 25,40% face à execução de 2005, ou seja em 2 anos de
m a n d a t o a u m e n t o u
25,40%.-----Lembrou que o

edil justificou este acréscimo com o facto de a Câmara ser cada vez mais prestadora de serviços, mas a ele parecia-lhe pouco o serviço.-----Disse que o orçamento

é despesista, apresentando alguns dados a suportar esta afirmação, referindo-se concretamente ao facto de em 2005 os encargos correntes de dívida serem de €141.000 e actualmente serem de €824.000, com a agravante de este valor vir a aumentar rapidamente, devido aos empréstimos contraídos, e a Câmara viver presentemente uma situação de aperto financeiro.-----Referiu também que o QREN foi apresentado como suporte para a resolução de várias obras, mas tem estado atento a este processo, e tinha sérias dúvidas sobre o mesmo, e pensava que a autarquia também as tinha.-----Observou que

outro suporte é a venda de bens de investimento, com uma verba de aproximadamente 7%, e questionou se a verba de €2.725.000 não tem que estar consubstanciada, seguindo recomendações do Tribunal de Contas.-----Declarou que não

tinha dúvidas que a autarquia tinha mais património, mas pensava que em 2008 se iria observar pela primeira vez, a venda de bens de investimento para suportar despesas correntes, o que o preocupava.-----Neste

contexto questionou também se não era verdade que o saldo a fornecedores tem aumentado, e que a Câmara atravessava uma situação de tesouraria mais apertada, o que se estava a reflectir nas juntas de freguesia, e não podia votar um orçamento deste tipo. -----Frisou também

que conhecia poucas autarquias que no espaço de dois anos aumentem as suas despesas correntes em 25%, em que a poupança corrente diminua 27% e mesmo assim haja um clima de que tudo está bem.-----Teve de seguida o

uso da palavra o **Sr. José Correia** para confirmar que o orçamento para 2008 apresenta um aumento da despesa global de 12%, 7% a nível das despesas de capital e 15% nas despesas correntes.-----

Afirmou que se trata de um orçamento de incentivo à actividade, até porque se está numa fase de expansão de obrigações que são acompanhadas do aumento da despesa. A Câmara é obrigada a ter realizações, e assume essa responsabilidade, o que tem sido uma crítica e um desejo da oposição, e

está plasmado no orçamento, implicando um aumento de 12%.-----Defendeu que o aumento de 15% da despesa corrente também se deve à previsão do aumento de 30% na despesa do Sector de Educação no que se refere ao enriquecimento curricular, assim como ao aumento das competências da Câmara para um conjunto vasto de funções sociais, não acompanhados pela transferência dos respectivos fundos financeiros.-----Fez notar que o aumento das despesa com pessoal corresponde a menos de metade da despesa corrente, o que significa que aumenta a eficiência.-----Quanto ao aumento das despesas de capital, defendeu que advém concretamente do mercado municipal e das escolas, e lembrou que a oposição sempre manifestou o desejo que tem que se orçamentar estas obras, além de que, os empréstimos contraídos para as executar foram aprovados pela Assembleia Municipal, na sua maioria com votos da oposição.-----Voltando-se para a receita, referiu que os €4.000.000 de receita corrente continua a financiar a despesas de investimento por isso não era verdade o que o colega do PSD disse.-----Quanto aos aludidos problemas de tesouraria, indicou que são problemas de realização financeira e não de tesouraria dado que, tudo o que está orçamentado tem o respectivo cabimento.-----Comentando a intervenção sobre o IMI e o IMT, questionou como é que a autarquia conseguiria manter o nível da receita, e como é que responderia às necessidades, se tivesse tomado decisões que pusessem em causa, no período de 24 meses, o que o Fundo de Equilíbrio Financeiro exige.-----Do ponto de vista comparativo, salientou que as taxas praticadas pelo município de Torres Vedras, são das mais baixas da região, e quanto ao seu aludido aumento fez notar que nenhuma das decisões tomadas veio a arrefecer a actividade económica do concelho.-----Deste modo e para concluir solicitou que não fosse enfatizado certo tipo de valores, porque eles não merecem, e porque o aumento da despesa é totalmente coberto pelos factores que mencionou.---

-----O Líder do Grupo Municipal do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires** fez a seguinte intervenção/declaração de voto, que se transcreve:-----“Declaração de voto da CDU sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano pelo Executivo Camarário.-----

Senhorase Senhores que constituís esta Assembleia Municipal de Torres Vedras:

-----O Senhor Presidente da Câmara costuma afirmar nesta Assembleia, dirigindo-se a mim próprio, que «só cumpre o programa eleitoral do Partido Socialista, e não o Programa da CDU». Este pensamento, que parece indiscutivelmente legítimo, padece, todavia, a nosso ver, de duas enfermidades: a primeira, porque o Partido Socialista não cumpre completamente o seu próprio Programa, como é fácil demonstrar em um balanço das actividades decorridas durante estes dois

anos de mandato. Segundo, porque uma administração pública mostrar-se-ia muito mais democrática e pragmática, se admitisse propostas justas e exequíveis vindas de outras formações políticas representadas nesta Assembleia digna e soberana, a qual não serve apenas para aprovar, mas também, ou sobretudo, para analisar sem *parti-pris*, sem sectarismos, a situação global do Concelho, e propor, por consensos alargados, as soluções mais adequadas. Pelo nosso lado, jamais tivemos a pretensão de uma apropriação privada da verdade absoluta -dogmática, sectária e arrogante-, porque a verdade é uma síntese de várias verdades ou dos vários lados de uma mesma verdade, ou, se preferir, é o resultado do diálogo, da controvérsia racional e ajuizada, da abertura aos outros e de tolerância, em suma: de participação democrática das populações e das organizações institucionais — políticas e outras. Quando, no sistema como o nosso, ou como outro que se anuncia, um único partido político domina em absoluto a Assembleia Municipal e o Executivo, então mais urgente e indispensável se torna, e se tornará, a abertura à comunidade, às suas instituições formais e informais, sem nunca nos deixarmos cair na tentação de dominar também aí nessas esferas da opinião pública.-----Estas considerações genéricas não contêm nenhum argumento contaminado por essa espécie de lepra que é a «fulanização» das discussões públicas e privadas. Discutimos programas, opções e estilos de trabalho.-----Vem a propósito do balanço que a CDU realizou, em lugar público, destes dois anos de mandato do Partido Socialista, balanço negativo que cabe perfeitamente neste ponto da ordem de trabalhos, isto é, da discussão do Orçamento e das Grandes opções do Plano.-----Saibam V. Exs. que o PS não cumpriu até à data importantes compromissos do seu programa, objectivos que correspondem a aspirações gerais e; portanto, também foram defendidos pela CDU no seu programa eleitoral. As grandes obras a que o Partido Socialista se havia comprometido, foram proteladas para 2009/20 10, e tal só pode significar que se tenciona aproveitar esse impacto para efeitos eleitorais. Na medida em que costuma dar bons frutos, lamentavelmente, apetece concluir que as populações que se deixam embarcar nessas manobras políticas têm os políticos que merecem.-----Saibam V. Exs. que não deu andamento a infra-estruturas fundamentais, como as piscinas municipais, o complexo desportivo de Arenes e as pistas de atletismo, as ciclovias e a implementação do gosto universal pelo desporto. O que cumpriu nessa área ou é rotineiro e de tradição, ou foi de muito discutível opção. O Concelho não se transformou.-----Saibam V. Exs. que não deu andamento satisfatório àquilo que corresponde a uma das necessidades mais urgentes: a implementação da cobertura completa da rede de saneamento e esgotos. O Concelho também aqui não se transformou.-----Saibam V. Exs. que o Ambiente não

melhorou substancialmente, tanto porque os cursos de água não foram devidamente acautelados e despoluídos, tal como as áreas ecológicas não foram completamente protegidas perante o impacto negativo das aviculturas e suiniculturas, como não extirpou de raiz as sucatas e os sucateiros sem escrúpulos, como não se dotaram as freguesias e as aldeias mais pobres e isoladas de espaços públicos de lazer condignos e apetecíveis. E, enfim, sem esgotarmos os argumentos, apontamos a poluição causada pelo trânsito quase anárquico e o estacionamento abusivo que esse, sim, já esgotou há muito a nossa paciência. A cidade e o Concelho não se transformaram.-----

Saibam V. Exs. que as estradas municipais não recolhem ainda a satisfação dos utentes, incluindo os forasteiros, e bastaria citar as variantes que foram prometidas e a resolução da principal via de acesso a Santa Cruz. Também aqui o Concelho não se transformou.-----

Saibam V. Exs. que a Carta Educativa, que nós aprovámos com generosa expectativa, se mais não fosse porque gostamos de ser pragmáticos e consensuais, ficou e fica ainda com este Plano longe da sua execução nos próximos anos. No entanto, houve pressa em encerrar dezenas de escolas e liquidar-se sem contemplanças numerosos ATLS. A este passo, gradualista e tímido, as crianças de hoje serão adultos amanhã. O que fez fica ensombrado pela proliferação de contentores que mascarram a paisagem e, sobretudo, desumanizam espaços que deviam ser nobres, belos e apelativos. Neste 1.º Período escolar encontraram-se em situação precária 411 crianças em 282 contentores e 120 crianças em colectividades e outros espaços que não são de modo nenhum espaços escolares. Também neste âmbito o Concelho não se transformou.-----

Saibam V. Exs. que mais aspectos em falta mereciam a nossa consideração e disso não temos dúvidas, mas não queremos nem podemos ser prolíficos em demasia: falaríamos da Saúde Pública e da rede de cuidados primários, falaríamos da Habitação Social, falaríamos da protecção e carinho pelos mais idosos, doentes que recebem uma pensão de miséria e a comunidade agradece-lhes uma vida de trabalho com o silêncio, a compaixão hipócrita e o abandono. Falaríamos dos milhares de desempregados de que ninguém se lembra. Falaríamos daquelas empresas onde reina o «quero, posso e mando», porque os de «cima» tal permitem. Falaríamos da indiferença institucional pela colónia de imigrantes.-----

Saibam V. Exs. que o Concelho não beneficiou visivelmente da sempre excelente coincidência entre o Partido que Governa o país e o Partido que governa o município. Este princípio não o defendemos nós nos nossos programas eleitorais, porque incorríamos em discriminações e privilégios, mas foi propalado pelo P.S., que não se coíbe de executar a mais intensa auto-propaganda utilizando o próprio Boletim Municipal e qualquer evento público que organize. Ora, também aqui o Concelho não sofreu transformação por esse facto dos governos serem do mesmo partido político. Falaríamos

aqui das estradas nacionais n.º 9 e n.º11, sem cairmos na tentação de contarmos anedotas relativamente à frustração da OTA... Falaríamos, se mais tempo houvesse, da Linha ferroviária do Oeste.-----Saibam V. Exs. que os Planos de Pormenor, seja o famoso mini-pólis, seja o plano de recuperação do Centro Histórico, andam a passo de tartaruga. Ora, neste caso, dos Planos de Pormenor, trata-se da verdadeira transformação da cidade. E ainda incluiríamos a construção da Biblioteca Municipal, o Castro do Zambujal, os novos museus, etc. etc. E, por fim, falaríamos da vida cultural nas freguesias e aldeias a qual ou é inexistente ou é “*pindérica*”, salvando-se aquelas excepções que V. Exs. Devem conhecer tão bem como nós. Falaríamos do orçamento atribuído ao Cine-Teatro, que nos parece insuficiente para a sua vocação cultural generalista que importa sempre melhorar, orçamento tanto mais insuficiente quanto avaliado em comparação com eventos de gosto muito discutível. Falaríamos de uma cidade e suas periferias a qual cresce em prédios e bairros, sem dúvida, e em Centros Comerciais ciclópicos, mas não alcançou por isso aquele rosto singular que torna uma cidade paragem obrigatória num roteiro turístico. Porque gostamos todos de viver nesta terra, desejamos para ela o melhor, e por isso aqui propusemos um Congresso da Cidade, que discutisse os rumos a longo prazo conforme o novo PDM e os Planos de Pormenor.-----A propaganda pletórica a que o P.S. tão destemperadamente se dedica não corresponde aos factos.-----

-----Em conclusão: subscrevemos as palavras que o vereador da CDU proferiu publicamente «este documento prevê o culminar de uma série de obras que vêm do ano anterior». Ou sei a: nada de novo no horizonte, viajamos à velocidade de cruzeiro, com a costa bem à vista.-----Por fim, declaramos que nos situamos contra novos aumentos de impostos como sejam os do IMI e do IMT.”-----

-----Para terminar, disse que a Coligação Democrática Unitária iria votar contra.-----

-----Teve de seguida o uso da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----O edil começou por manifestar a sua surpresa com a intervenção da bancada da Coligação Democrática Unitária, quando afirma que não alinha num aumento de impostos, como se o orçamento em discussão contivesse qualquer aumento das taxas municipais.-----Reforçou que todos sabem que o orçamento não prevê aumento nestas taxas, e a bancada da Coligação Democrática Unitária não devia fazer estas afirmações, porque é mentira.-----Depois esclareceu que a taxas de IMI e IMT, foram fixadas pela Câmara e Assembleia e nunca foram aumentadas, e o que o orçamento reflecte é o aumento de receita proveniente das mesmas.-----No entanto frisou que a politica da autarquia

foi no sentido de manter as taxas que fixaram e não de as reduzir, tal como o membro José Afonso tem vindo a defender.-----Fez também uma breve comparação com os concelhos limítrofes, frisando que só o Bombarral, Caldas da Rainha e Óbidos é que cobram IMI inferior ao de Torres Vedras, e a haver no futuro baixa de taxas, entende que deve verificar-se na derrama que incide sobre as empresas, e não no IMI.-----

----Lembrou que em cada Assembleia Municipal há sempre sugestões de aumentos de serviços a prestar pela Câmara, mas nenhuma sugestão de aumento de receita para cobrir esse serviços, de modo a equilibrar as contas.-----

----Relativamente ao IMT, confirmou que a receita tem aumentado, mas estavam agora apenas atingir os níveis de 2002.-----

----Quanto ao aumento das despesa com pessoal, deu nota que decorreu das contemplações dos vinte estagiários colocados pelo PEPAL a prestar serviço na Câmara, e das promoções e actualizações, sendo certo que o número de funcionários têm-se mantido muito embora os serviços tenham aumentado, sendo um exemplo o enriquecimento curricular.-----

No que se refere à necessidade de venda de bens e serviços, assegurou que não é a situação da Câmara, e lembrou que até à presente data nunca teve necessidade de recorrer à venda de um bem, antes pelo contrário tem feito um esforço na aquisição de novas propriedades.-----Informou que a dívida a fornecedores consta do ponto 5 do agendamento, é pública e obrigatória por lei, e no seu entender, trata-se, para a Câmara de Torres Vedras, de um valor residual. A realidade de pagamento a fornecedores é a 90 dias, o que não era condenável e era incorrecto dizer que a tesouraria está mal, o pagamento a fornecedores está em risco, e que se calhar tem que se vender património para lhes pagar, quando a dívida é de € 2 . 6 0 7 . 1 8 1 , 4 7 e o prazo de pagamento a 90 dias.-----

----Comentou, que na óptica do Membro José Afonso a Câmara deveria ter mais arrojo, e não se devia esperar pelo QREN, porque a disponibilidade financeiro permite avançar para obras, enquanto que o membro Hugo Martins expressou a vontade contrária e que há uma dívida a crescer rapidamente.-----

----Ainda em relação ao QREN, esclareceu que as verbas provenientes deste quadro, serão a 50, 60, ou 70% a fundo perdido e quando souberem os valores terão que tomar decisões do que falta fazer, e avançar ou não com empréstimos, com parcerias público-privadas, ou de outra forma.-----

Assim, disse que a autarquia entendia que primeiro deve explorar o meio financeiro que é o QREN, sem prejuízo de avançarem com algumas obras, como é o caso das escolas, para as quais já contraíram empréstimos, mas que se este recurso financeiro não for assim utilizado será aplicado noutro

processo.-----

Para terminar lembrou que os membros da Assembleia Municipal podem recomendar à Câmara que não espere pelo QREN e que avance já com as obras, que o Executivo deliberará sobre o mesmo.-----

-----Tomou o uso da palavra o membro **José Afonso** para abordar novamente a questão da despesa e pegando na intervenção do colega José Correia, disse que deviam reter que pensar que o facto das as despesas com o pessoal aumentarem 7% e a despesa global aumentar 12% significa má gestão.-----Defendeu de novo que há um crescendo na receita, existem condições para baixar 0,05% na taxa do IMI, e prestava-se um serviço do ponto de vista social.-----

-----O **Sr. Paulo Gonçalves** começou por fazer uma breve referencia à afirmação do colega Nozes Pires em relação ao aumento dos impostos e esclareceu que o sentido que pretendiam dizer era, tal como frisou o edil, que na verdade tem havido um aumento de receita a nível do IMI e do IMT.-----Reportando-se ao facto do Presidente dizer que são feitas na Assembleia propostas de investimentos sem o mecanismo financeiro para dar cobertura, indicou que poderia dar dois exemplos, não de receitas, mas de verbas que poderiam ser utilizadas de outra maneira.-----Referiu-se concretamente à duplicação de campos relvados, por exemplo na freguesia de A-dos-Cunhados, que considerava um bom investimento, mas não um investimento prioritário face a outras carências que existem, assim como ao encerramento de 20 escolas do 1.º ciclo, com a instalação de um conjunto de contentores, encargo que a autarquia teve que suportar, e se tivesse havido outro tipo de gestão, teria sido possível evitar. Lembrou, contudo que a autarquia, não era obrigada a assumir-se como entidade promotora.-----O **Sr. Hugo**

Martins interveio de novo para referir que considerava problemático o facto de em 2002 a poupança corrente cifrar-se em €7.500.000, e no ano de 2006 ser de €4.000.000, ou seja €3.500.000 foram absorvidos pela despesa.-----A encerrar a

sua intervenção disse que a bancada do Partido Social Democrata, entende que se deve esperar pela definição clara das regras do QREN, mas a Câmara tem desde 2006 um suporte financeiro que são a venda de bens de investimento.-----O **Sr. Marco**

Claudino fez notar que a Câmara é vista como uma fazedora de obra, em termos globais, mas não é vista naquilo que é também verdade, que é, ser uma cobradora de taxas e impostos.-----

-----Disse ainda que tem classificado o orçamento da juventude escasso, mas preferiria que este orçamento fosse zero e que as crianças do concelho não tivessem que estudar em contentores.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, aludindo às questões focadas sobre a

evolução das receitas em impostos locais, lembrou que existe uma lei que determina que até ao final do corrente ano as autarquias façam um estudo de fundamentação das “taxas administrativas”,
i n c l u i n d o a s
urbanísticas.-----

----Defendeu ainda que é imprudente nesta altura mexer nas taxas de impostos locais, sem se ter o estudo, o quadro completo, e quando for o caso então que a autarquia avance, ajuste valores e que encontre as soluções fundamentadas.-----

----Terminadas todas as intervenções passou-se à votação do documento em título:-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, com 26 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2008, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, n a s u a a c t u a l redacção;-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

----Anota-se ainda que o membro **Jorge Henrique Horta Ferreira** apresentou a declaração de voto que s e transcreve:-----“P

or concordar, na generalidade, com o presente orçamento, cujas limitações e virtudes expostas pelo Exmo. Senhor presidente da Câmara aceito como boas e verdadeiras em termos globais, os únicos nos quais a Assembleia Municipal é chamada a deliberar nesta matéria, o meu voto será favorável à sua aprovação.-----Não obstante, existem dois pontos cuja relevância me obriga a assumir uma posição de crítica construtiva, na medida em que essa relevância que lhes não encontra expressão condigna no o r ç a m e n t o e m apreço.-----

Sintetizando temos que:-----

a) A (quase) total ausência de dotação ao nível das despesas de capital, ou seja, de investimento, no sector da juventude, cujas próprias despesas correntes são, desde logo, relativamente reduzidas, indicia, tanto na sua dimensão estritamente económica como na dimensão estruturante da importância política que lhe é atribuída neste contexto, um défice de atenção com o qual não podemos estar de acordo, a bem de um concelho que se quer permanentemente rejuvenescido, dinâmico e competitivo, requerendo, para tanto, maior atenção e investimentos efectivos ao nível das políticas públicas de juventude. A título de exemplo, é patente a indisponibilidade, num horizonte temporal de curto e médio prazo, para concretizar o desígnio da Casa Municipal da Juventude.-----

-----b) A aposta efectiva em políticas que promovam a habitação a custos controlados para jovens no concelho de Torres Vedras encontra-se seriamente comprometida, considerando a escassa dotação que o sector respectivo merece no tocante a despesas de investimento. Trata-se de uma matéria particularmente significativa, tendo em vista o desejável posicionamento da nossa autarquia na dianteira das melhores práticas a nível nacional e internacional. Os reflexos de um maior investimento em tais medidas serão, certamente, decisivos em aspectos tão importantes nas sociedades modernas como são, entre outros, a emancipação jovem ou a competitividade territorial-----Torres Vedras, 20 de Dezembro de 2007.”-----

-----Dado o adiantado da hora, e ainda não se ter discutido todos os pontos agendados, pelas 1.15 horas o Presidente da Assembleia Municipal, *Sr. Alberto Avelino* suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 21 de Dezembro em conformidade com a convocatória e edital respectivos.-----

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO, PELAS 21.30 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo Miranda de Jesus Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Luís Pedro Saldanha Miranda, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, João Francisco Mota Tomás, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Ana Rita Pereira Antunes.-----

-----Faltaram os membros: José Manuel Cristovão, Paulo Jorge Marques Marreneca, João António

Gomes Varela, e António Paulo Veloso Martins Bento.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2008 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício 18800, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro a solicitar o agendamento do documento em título, o qual se considera integralmente transcrito e se encontra arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do documento, salientando que se trata de um orçamento equilibrado, com diminuição de despesas com pessoal e redução de despesas de capital, explicável por ainda não terem acesso às candidaturas do QREN.-----Referiu que o aumento que se verifica nas despesas correntes, prende-se com o aumento das despesas de saneamento, ou seja, à medida que se tem mais saneamento tratado, a factura a pagar é superior.-----

-----Abordando a questão dos aludidos brutais aumentos do tarifário para 2008, veiculados na comunicação social, do qual discordava, defendeu que o preço da água na origem sofreu um aumento de 3,8%, o qual se reflecte no orçamento, num princípio assumido pelos SMAS, que é do equilíbrio na sua exploração.-----

-----Fez notar que está incito no orçamento um aumento de 2% no 1.º escalão, de 3% no 2.º escalão e de 4% no 3.º escalão, assim e uma vez que os escalões são progressivos, o munícipe só vê a água subir 4% quando chegar ao 3.º escalão, e até lá beneficia dos outros preços do tarifário. Estas tarifas levam a que os SMAS esteja a vender água no 1.º escalão a um preço inferior àquele que a água custa na origem.-----

-----Por último referiu a criação de um tarifário especial para pessoas idosas que têm rendimentos *per capita* inferior aos ordenado mínimo nacional.-----

-----Teve a palavra o membro *Sérgio Jacinto* o qual deu nota que foi aprovada a lei que iria isentar os consumidores de todas as taxas de aluguer de contadores e passar a repercutir esses custos nos operadores de energia eléctrica, gás e água potável, a qual entrará em vigor em 15.03.08.-----Assim, e considerando uma boa noticia para os consumidores, questionou

se também seria para os SMAS, uma vez que a quota de disponibilidade, em muitos casos representa mais de 50% da factura dos consumidores, e se esta situação foi tida em conta para apresentação
d e s t e s d o c u m e n t o s

previsionais.-----

-----O **Sr. José Afonso** interveio para questionar sobre as rubricas “outros trabalhos especializados” com o valor de 2.212.000€, e a rubrica “ captação e distribuição de água”.-----De seguida pronunciou-se o **Sr. José Correia** salientando a nível da despesa, o aumento de 51,7% no saneamento com um impacto fortíssimo no orçamento apresentado.-----Salientou também que o aumento do custo da água em 3,9% tem um significado forte na gestão corrente do orçamento dos SMAS, apesar da diminuição em custos com pessoal em 2% e noutras despesas correntes de 7%, o que veio aligeirar o resultado financeiro que se prevê para 2008.-----Frisou que do lado de receita vê-se o esforço do aumento de despesa sustentar-se no aumento das vendas, quer a nível da água, quer do saneamento, só que estes aumentos são inferiores aos das compras e não permitem grande recuperação em termos de exercício financeiro.-----Ressaltou que os SMAS apresentam sempre resultados negativos por incorporação das amortizações, mas mantém a sua saúde de tesouraria bastante continuada.-----Assim e tendo atenção a estes condicionantes e do esforço que tem sido feito a nível do investimento, e com as expectativas do QREN, o Grupo Municipal do Partido Socialista dá a sua aprovação aos documentos em discussão.-----O Líder do Grupo Municipal do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, questionou se a Câmara Municipal deve dinheiro aos SMAS e qual a quantia.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** reportando-se à invocação das verbas do QREN, por parte do edil com a expectativa de as utilizar no saneamento básico do concelho, questionou quais são as informações concretas que possui para suportar estas expectativas.-----Quanto à diminuição das despesas de investimento, questionou qual a execução orçamental desse investimento em 2007, o que está previsto de execução para 2008 e se haverá passagem desta despesa para 2008.-----Por

último, questionou se há alguma medida a tomar nas taxas de saneamento à semelhança do que se fez com a criação da tarifa social na água.-----

-----O membro **Hugo Martins**, que inquiriu se existe algum plano estratégico para os SMAS de Torres Vedras, até porque pensava que é a altura indicada para se pensar o futuro destes serviços.-----

Disse também que verificou que se tem vindo a passar algumas obras para a frente, a conta de fornecimento de serviços externos tem vindo a aumentar, e fruto disso, alguma redução nos custos com pessoal, mas que ainda constitui um valor elevado nas despesas

correntes.-----Nesta sequencia, questionou se há metas e objectivos delineados e se os mesmos passam cada vez mais pela contratualização de equipas externas, por uma renovação de estrutura directiva ou não há nada planeado.-----O

Sr. Luís Miranda questionou sobre a evolução das perdas no município de Torres Vedras.-----O

Sr. Flores da Cunha centrou-se na nova classe de consumidores criada no tarifário para os empreendimentos turísticos, a qual em principio lhe pareceu um preço justo e razoável em valor absoluto, porque triplica a venda do preço de consumo, mas o valor relativo não parece tão justo se for comparado com outros consumidores domésticos e comerciais.-----

Reforçou que se verifica que um 3.º escalão de um consumidor doméstico, se atingir mais de 15m³ de água, irá paga-la ao preço superior ao de um cobrado a um turista.-----

Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** começando por informar que as metas dos SMAS são claras e estão bem definidas, e correspondem às metas do PEASAR, assim como às de todo o país. Definem-se como água a mais de 95% e saneamento a 90% até 2010.-----

Deu nota que nos últimos dois anos os SMAS levaram a cabo grandes redes, nomeadamente, Turcifal, Ponte do Rol, Boavista/Olheiros, Paradas e Pinheiro Manso, estando em curso a Ventosa e ficando a faltar a Carvoeira, Dois Portos e Carmões.-----

Frisou que, se tudo correr normalmente a parte restante do concelho que falta, ficará pronta até 2010, e deste modo se alcança 90 % do saneamento, que é a meta dos SMAS.-----

Lembrou também que o QREN prevê grande verbas para o saneamento em alta, e no saneamento em rede, os municípios que têm a alta e a baixa, e se tiverem oportunidade de financiamento, têm projectos para avançar, mas se não for o caso julga que os SMAS têm condições orçamentais próprias para encarar estas obras que faltam.-----

Quanto à questão do membro Gonçalo Patrocínio, informou que o que vai resvalar para 2008, é a rede de saneamento que já indicou, porque em 2007 não houve candidaturas ao QREN mas Torres Vedras tem os projectos preparados para prosseguir e espera que isso aconteça em 2008.-----

Relativamente à questão do membro Nozes Pires, esclareceu que a Câmara não comprou nada aos SMAS para dever pagamento. Fez notar que estes serviços não têm autonomia jurídica, e apenas possuiu autonomia financeira limitada nas receitas que gere da água e do saneamento, com uma gestão equilibrada. No entanto tem uma gestão perfeitamente desequilibrada no investimento, o qual tem sido feito ao longo dos anos através de transferências da Câmara.-----

Mais esclareceu que no inicio do ano em curso, as transferências foram inferiores às previstas, e daí que haja que se fazer acertos, mas as verbas serão transferidas à medida das necessidades.-----

Sobre a taxa fixada para os empreendimentos turísticos, informou que é muito vantajosa para os SMAS e lembrou que

nas contas apresentadas se esqueceram que as taxas são progressivas, além de que, a despesa dos SMAS com o empreendimento é só fazer chegar a água aos contadores.-----De seguida deu a palavra ao Sr. Administrador Residente para prestar esclarecimentos adicionais.-----

-----O *Sr. Sérgio Simões* começou por lembrar que o colega Sérgio Jacinto, em Abril último já tinha feito referência à proposta de lei que estava então em discussão na Assembleia da República, tendo também na altura assegurado que os SMAS estavam preparados para fazer face à questão de isentar os consumidores de todas as taxas de aluguer dos contadores.-----Deu nota que neste enquadramento, há a considerar que tanto o IRAR, o PEASAR como o futuro regulamento de tarifário nacional, prevêm dois componentes nas tarifas fixas da água, saneamento e resíduos sólidos que consiste em os serviços terem obrigação de ter disponíveis, em boas condições e com qualidade 24 horas por dia as infra-estruturas. Este serviço e esta função implica manutenção, reparação etc, e as entidades gestoras têm o “direito” de se ressarcirem dos custos desta manutenção, destas recuperações.-----Disse ainda que entendem que devem ser contabilizados todos estes custos e repartidos equitativamente por todos os consumidores dando origem a uma tarifa fixa. Os SMAS terão que equalizar essa tarifa fixa, fazendo um cálculo com rigor e com bom senso dos custos com a manutenção do sistema, tanto no saneamento como na água.-----No que se refere a “outros trabalhos especializados” no montante de € 2.211.000, informou que inclui € 1.977.000 de pagamento à Águas do Oeste, resultante do protocolo de saneamento e o restante corresponde a contratos de manutenção, e a rubrica “captação e distribuição de água” diz respeito ao investimento em água.-----Relativamente à execução de 2007, disse que não tinha os valores, mas se a de 2006 foi razoável, a de 2007 é superior.-----Confirmou que a tarifa social, só abrange a água e sem terem a perspectiva da realidade que surgirá com a aplicação da mesma, optaram com prudência lançá-la apenas na água.-----Discordou que o montante dos bens e serviços externos está a aumentar, tendo em conta que os aumentos ocorridos têm a ver essencialmente com despesas de saneamento da Águas do Oeste S.A, e que se retirarem a água e saneamento as chamadas despesas de funcionamento baixam.-----Sobre as perdas de água informou que a nível nacional rondam os 40%, e a previsão para o município é de 19%, o que está alguns pontos acima da média europeia, que é de 14%, 15%, mas os SMAS continuam a desenvolver esforços no sentido da redução destas perdas, não só com a renovação da rede, mas também com a implementação do sistema de telegestão, o qual permite detectar uma rotura em qualquer lado e solucionar o problema através do sistema informático.-----Por último abordou

a questão colocada pelo Sr. Flores da Cunha sobre os empreendimentos turísticos e esclareceu que a tarifa é de 1,8720/m³, e como o membro fez a comparação com um consumidor do 3.º escalão, que na sua opinião pagará mais do que o utente deste empreendimento, esclareceu que não, uma vez que o aumento que neste momento existe para o 3.º escalão é de 2,87, ou seja o m³ fica bastante abaixo do 1,8720/m³.-----Lembrou também que 5m³ são facturados ao 1.º escalão, 10m³ são no 2.º e o resto é que vai para o 3.º escalão, sendo a média mais baixa.-----

----Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. Flores da Cunha** para frisar que aos esclarecimentos dados falta acrescentar que estes grandes consumidores pagam apenas uma única taxa de disponibilidade, enquanto que cada um dos outros 20 mil pequenos clientes cada um paga a sua, que dividindo pelo preço do m³, iria dar em média uns 5m³.-----Afirmou que cada um faz as suas próprias contas, e o preço da água é político e na sua opinião é má política que os pequenos consumidores, comerciantes, industriais do concelho, paguem mais do que paga o turista.-----

O Sr. Gonçalo Patrocínio fez notar que os SMAS não podem continuar a ter o discurso de que estão a trabalhar no bom sentido, e de que praticamente está tudo feito, e ao mesmo tempo admitir que têm que passar obras planeadas de uns anos para os outros.-----No que se refere ao QREN disse que a sua opinião difere da do edil uma vez que não entende que para quase todas as obras previstas tem que se esperar pelos fundos comunitários. Parecia-lhe que para determinadas obras havia disponibilidade orçamental, e a Câmara devia ter a opção política autónoma de avançar com os projectos.-----Assim, tendo presente que considerava o saneamento um indicador de desenvolvimento, disse que preferia gastar €4.000.000 no saneamento do que no asfaltamento.-----**O Sr. José Afonso** interveio novamente para salientar que as contas referentes às taxas dos empreendimentos turísticos têm que ser feitas na perspectiva de que estes apenas pagam um contador, com 200 ou 300 consumidores finais de retalho, em comparação com o conjunto de taxas agregadas que paga o pequeno consumidor.-----

----Tendo presente os esclarecimentos do edil sobre este assunto, questionou se no consumidor doméstico os SMAS também não colocam apenas a água no contador, e quais as taxas fixas e variáveis de saneamento nestes empreendimentos.-----Inquiriu ainda se teria sido possível avançar com algumas obras em 2007, se tivesse sido transferido para os SMAS os € 2.000.000 previstos.-----

----Em relação ao preço da água, defendeu, tal como fez no ano transacto, parar com o aumento das

taxas fixas agregadas ao contador e aumentar o “plafond” do 1.º escalão para 7 ou 8m³ seguindo uma politica realista retirando o 1.º escalão de um preço demasiado politico da água e uma vez que o aumento progressivo das actualizações tem levado a uma disparidade cada vez maior entre o 1.º e o 3.º escalão.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** começou por enaltecer os trabalhos de saneamento levados a cabo na freguesia que a preside.-----Reportando-se à intervenção do colega Gonçalo Patrocínio quando disse que prefere saneamento ao alcatroamento, fez notar que o saneamento tem de andar sempre subjacente a o alcatroamento.-----

-----Recomendou também que os futuros cadernos de encargos deste tipo de obras devam contemplar a vertente da reposição total do pavimento.-----Para prestar alguns esclarecimentos teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que fez notar que não era correcto dizer que nada foi feito. Lembrou novamente que no presente mandato foram executadas as redes separativas do Turcifal, Ponte do Rol, Boavista/Olheiros, Paradas e Pinheiro Manso, estando em curso a Ventosa e o que deslizou foi Carvoeira, Dois Portos e Carmões, pelas razões que já invocou.-----

-----Lembrou ainda que o saneamento é executado em paralelo com a Águas do Oeste S. A, e de nada serve fazer as redes separativas se não estiverem já feitas as Etares para as tratar, e esse tem sido o procedimento, para não correrem o risco de investir sem terem retorno.-----

Concordou com o autarca da Ponte do Rol, que a dicotomia saneamento/alcatrão têm que andar juntos sendo esta uma realidade que se afere no terreno e simples de perceber.-----

-----Por último, frisou que os SMAS têm todas as condições de fazer as redes separativas que restam até ao final do mandato, e manifestou a sua incompreensão com as críticas às taxas fixadas para os empreendimentos turísticos.-----

-----De seguida deu novamente a palavra ao **Sr. Sérgio Simões** que abordou a questão dos empreendimentos turísticos para lembrar ao membro José Afonso que foram tidos em conta vários factores na contabilização das taxas, e foram feitas as contas se tratassem individualmente os consumidores dentro do empreendimento, garantindo que são favoráveis aos SMAS em todos aspectos, o modo como são cobradas.-----

-----Em relação ao aumento do “plafond” do 1.º escalão preconizado pelo membro José Afonso, fez notar que o projecto de regulamento de tarifário nacional, não vai de encontro a esta proposta, e não se afasta muito da estrutura praticada pelos SMAS, apenas com a diferença de prever um 4.º escalão. Prevê o

1.º escalão de 5m³, com a recomendação que deve ter um preço social, o 2.º e o 3.º deve ser para recuperação dos custos e o 4.º para penalizar o consumo excessivo da água.-----

Mais informou que corresponde também à filosofia do PEASAR e do IRAR, o que não invalida que os SMAS de Torres Vedras não reajustem estes princípios, caso se justifique.-----

Por último esclareceu que as taxas fixas correspondem ao contador de calibre grande, mas não pagam tarifa de saneamento, uma vez que todos os custos de construção de infra-estruturas e manutenção foram suportados pelo empreendimento e as taxas variáveis correspondem aos que consta no tarifário.-----

-----Concluídas todas as intervenções o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* submeteu à votação o ponto em apreço:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria 26 votos a favor, 12 votos contra e 3 abstenções os Documentos Previsionais para o ano de 2008 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção:-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 3- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, PARA O ANO DE 2008, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício 18800, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro a enviar a solicitar o agendamento do documento em título, o qual o considera integralmente transcrito e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve introdução do assunto, realçando que se trata de uma alteração para incluir no quadro dois trabalhadores que já prestam serviço nos SMAS.-----

-----Não se registando intervenções, passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com 39 votos a favor e 3 abstenções o Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2008, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção:-----

Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 4- RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONJUNTO TURÍSTICO “SIZANDRO VILLAGE RESORT”, SITO NA PRAIA AZUL,

FREGUESIA DE SILVEIRA, REQUERIDA POR MERRIDALE INVESTIMENT PARTNERSHIP LDA – PROCESSO IO/69/7, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 130 DO PDM RATIFICADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

N.º 144/2007 DE 26 DE SETEMBRO DE 2007.-----Presente ofício 18801, da Câmara

Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro, a solicitar o agendamento do assunto em título, tendo presente que a Câmara em reunião de 11 de Dezembro deliberou por unanimidade declarar o interesse municipal da pretensão, a qual não confere um carácter vinculativo a um futuro licenciamento e tem validade de um ano, e a informar ainda que, para o desenvolvimento do projecto deverão ser considerados os seguintes pressupostos:-----Respeitar o definido no

PDM, nomeadamente o n.º 2 do artigo 130º do seu regulamento, bem como a demais legislação:-----Ser sujeita

a Plano de pormenor;-----A não

ocupação de espaços de Reserva Ecológica Nacional, inclusive com o campo de golfe;-----A

ocupação de espaços de Reserva Agrícola Nacional com o campo de golfe que carece de parecer da CRARRO;-----A não

ocupação da área abrangida pelo POOC e rede Natura 2000;-----A

obrigatoriedade de compensação pela não cedência ao domínio público de espaços verdes e de equipamento, a calcular de acordo com o regulamento municipal, por se tratar de uma operação

semelhante a um

loteamento;-----Apresentar

estudo de impacte ambiental;-----A

necessidade de manter os caminhos que atravessam a propriedade e que servem os outros terrenos;-----

-----Obtenção de parecer favorável da ANA e do Director do Aeródromo;-----Obtenção de parecer da CCDRLVT, devido à ocupação

do linhas de água;-----Cumprimento integral das condições do Estudo de

Tráfego;-----Cumprimento integral do diploma das

acessibilidades, DL 163/2006 de 8 de Agosto;-----Cumprimento integral do Regulamento

Municipal da Urbanização e da Edificação;-----Por último informa que um futuro

licenciamento ou informação prévia estará sujeito a pareceres favoráveis da CCDRLVT e da DGT, nos termos da legislação aplicável, e que deverá ser precedido da elaboração e entrada em vigor do

Plano de Pormenor referenciado na alínea f) do n.º 2 do artigo 130º do Regulamento do Plano Director Municipal.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do ponto em discussão, salientando a

novidade do assunto uma vez que a ratificação pela Assembleia decorre do novo PDM em vigor -----Salientou também que o Executivo já tinha aprovado há cerca de uma ano atrás o pedido de Interesse Municipal para este empreendimento turístico, tendo sido encetado o pedido de aprovação prévia, que não chegou a ser concluído uma vez que entrou em vigor o novo PDM.-----Fez notar que é solicitado à Assembleia que se pronuncie simplesmente sobre o interesse municipal, sem que haja definição em termos de densidade, ocupação do território e do posicionamento dos equipamentos, o que virá posteriormente, dado que o PDM obriga a que qualquer empreendimento turístico tenha um plano de pormenor.-----Por último informou que a intenção do investidor é construir um hotel de 5 estrelas, um campo de golf, e para além de outros equipamentos, um aldeamento.-----Referiu ainda que um dos grandes interesses do promotor na celeridade do processo, prende-se com o facto de ter uma “carta de intenções” de um operador hoteleiro dos mais conceituados mundialmente, que servirá de ancora ao Empreendimento Turístico.-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** indicou que os esclarecimentos do edil e os documentos distribuídos foram suficientemente esclarecedores e eloquentes para que o grupo não tenha dúvidas em votar favoravelmente, com o desejo que o investimento se concretize.-----Interveio de seguida o **Sr. João Bastos** que declarou que apenas estava em causa o interesse para um investimento na área do turismo que no seu entender tinha interesse para o concelho, e nada tinha a opor.-----No entanto frisou que algumas questões ficavam em aberto, referindo-se concretamente à densidade, aos meios complementares de turismo, dos 70%-30% e quanto à viabilidade económica do empreendimento só com a o 30% .-----Tomou a palavra o membro **António Carneiro** para corroborar as palavras do membro José Augusto de Carvalho, e para registar com agrado a posição unânime que se verificou no Executivo na aprovação deste interesse municipal.-----Assegurou que as questões mencionadas pelo Sr. João Bastos estão todas acauteladas na figura do PDM de Torres Vedras.-----Como parte integrante do grupo que está a elaborar o PROT, aproveitou para dar nota que a questão dos 30% - 70% plasmada no n.º 2, alínea g) do art.º 130.º será rectificada, uma vez que a redacção do actual PDM nesta questão é altamente penalizadora para o investimento no concelho.-----Manifestou também que teve receio que este facto fizesse perder o interesse no investimento, de um marca de hotéis com esta dimensão.-----Lembrou

a importância do Hotel Westin para o Campo Real, e do Hotel Marriot para a Praia Del Rei, sendo de igual importância a marca que está neste empreendimento turístico e que coloca Portugal no mapa turístico internacional.-----Frisou que se trata de uma política de captação de investimento e de querer ou não colocar o município de Torres Vedras no mundo turístico e no mercado externo e também lembrou que há muitos anos que não se constrói uma unidade hoteleira no litoral, tendo sido o hotel Golf Mar a última em 1972.-----

Afirmou que este era o caminho certo a seguir, tendo ficado satisfeito com a posições favoráveis já manifestadas, as quais já estava à espera, e solicitou que o Órgão Deliberativo acompanhasse este processo com o interesse que tem para consolidação de Torres Vedras como grande destino natural, para este tipo de produto, e a par do Campo Real ser mais apetecível que Óbidos, por ser mais perto da capital.-----

-O **Sr. Flores da Cunha** começou dizer que a documentação entregue sobre o ponto em apreço, foi insuficiente, de tal modo que tentou elucidar-se acerca deste empreendimento, tendo verificado que foi apresentado ao Executivo em 12.12.06. Pretendia-se um empreendimento turístico de grande dimensão, com 2694 camas a ser implementado em 152 ha, e ao contrário do que o PDM prevê, a maioria das camas não são em hotel, mas sim em apartamentos.-----Disse também que aprecia muito o desenvolvimento do concelho de Torres Vedras, e acha que virem para cá hotéis de 5 estrelas de redes internacionais é muito bom.-----No entanto, observou que o PDM o Torres Vedras que foi aprovado, está em vigor há menos de 2 meses, prevendo no seu art.º 34.º, onze áreas de aptidão turística, e desconhecia a razão porque é que este empreendedor não quer ir para essas áreas, e escolheu uma área bastante sensível do ponto de vista ecológico.-----

Afirmou que não é fundamentalista de ecologia, achava que grande parte do desenvolvimento de Torres Vedras, tendo em conta que na altura ainda não se falava de ecologia, se deve ao desenvolvimento do litoral, mas preferia que este empreendimento viesse para as freguesias do Maxial, do Ramalhal, para a parte norte de A-dos-Cunhados, ou nascente, ou seja, para onde não haja destruição ecológica, lembrando que muita massa dunar tem vindo a ser reduzida nesta zona ao longo dos anos.-----

-----Lembrou ainda que é necessário ter em conta que a REN passa com certeza dentro dos terrenos em causa.-----

-Para terminar disse que esperaria os pareceres das comissões que foram chamadas a pronunciar-se

mas, a título pessoal, votaria contra a ratificação da declaração de interesse municipal.-----Interveio de seguida o membro **Paulo Adelino Gonçalves** declarando que o Sr. Flores da Cunha não estaria sozinho no voto contra, porque a Coligação Democrática Unitária também iria votar contra a concessão de interesse municipal, pelas razões que discriminou:-----

-----1 - O n.º 2 do art.º 130.º do PDM define que no “espaço agrícolas e florestais e nas áreas de enquadramento paisagístico podem ser licenciadas as seguintes actividades turísticas, com carácter excepcional, desde que cumpram cumulativamente com os seguintes requisitos” e neste caso os terrenos onde se prevêem a intervenção estão também classificados como REN, e rede natura 2000. Para além disso o terreno encontra-se igualmente abrangido pelo POOC – Mafra Alcobaça, abrangendo as seguintes classificações de solo: área de protecção integral, e área agrícola especial.--

-----2 – O pedido de interesse municipal não vem instruído com uma proposta desenhada, não define qualquer proposta de ocupação e também não é feita qualquer referencia ao número de camas pretendido.-----

-----3 – O pedido de interesse municipal e citou os técnicos da autarquia” não vem instruído com uma proposta desenhada que permita aos serviços aferir a sua compatibilidade com o n.º 2 do art.º 130.º do PDM, as condições do pedido de informação prévia inicialmente propostas em 21 de Junho de 2007, não respeita o índice máximo de número camas das alíneas g) e h) do n.º 2 do art.º 130 do PDM”. Os conjuntos turísticos podem ter no máximo 30 camas por ha e a proposta apresenta mais do dobro, isto é 65 camas por ha, além disso os meios complementares de alojamento não podem exceder 30% do número total de camas, o que no caso corresponderia a 310 camas. No entanto a proposta apresenta um valor quase cinco vezes mais elevado de 544 camas.-----

-----4 –Num projecto que prevê implantar-se numa área de cerca de 150 ha, junto à costa e com o investimento global estimado de 350.000.000€, consideram que o pedido de ratificação de Interesse Municipal, deveria ser muito mais claro, preciso e rigoroso, apesar da urgência do empreendedor. Questionam porque razão o promotor do projecto não afirma ele próprio que, em circunstâncias algumas, serão ultrapassados os índices previstos no actual PDM em que os meios complementares de alojamento não podem exceder os 30% do número total de camas, e em que o seu conjunto o empreendimento não pode ultrapassar as 30 camas por ha. Ou seja, se vão aprovar o interesse municipal com base no argumento que tem de estar de acordo com o PDM, porque razão não é o próprio promotor a afirmar explicitamente que no caso do desenvolvimento do projecto ser feito e ser aprovado, será feito de acordo com aquelas circunstâncias, não é o caso, fica e m

a b e r t o

e s s a

questão.-----

-----5 – A população em geral, deixaria de ter livre acesso à área do empreendimento, a comprovar

isto mesmo, citou a DGU, ” o projecto apresentado tem impacte semelhante a uma operação de loteamento, pelo que terá que ceder áreas verdes de utilização colectiva e áreas de equipamento de utilização colectiva.” Contudo mais à frente os mesmos técnicos afirmam que “ não se justifica a cedência deste tipo de espaços no seio do empreendimento até porque o mesmo será de índole privada, propondo que essas cedências sejam compensadas em espécie ou numerário”, ou seja na prática os torrienses deixariam de ter livre acesso a uma área ambiental e paisagisticamente privilegiada como o promotor

afirma.-----Pedi novamente para intervir o membro **António Carneiro** para dizer que não o espantou a posição da Coligação Democrática Unitária, mas sim a do colega Flores da Cunha.-----Comentando estas intervenções, fez notar que estão num estado de direito, e não há praias privadas em Portugal, e não há empreendimentos turísticos privados. Também existe o POOC que contempla uma faixa de protecção, e não é a Assembleia Municipal de Torres Vedras que sabe quais as dunas a preservar, além de que o processo está obrigado a um Estudo de Impacto Ambiental, questionando se o colega Flores da Cunha tinha a noção de quem analisa este estudo.-----Referiu que ao contrário do mencionado, não era necessário mais informações do que as fornecidas para analisar o ponto em questão, até porque não há regulamento para o efeito e cabia aos técnicos chamar a atenção dos promotores para as questões a levar em conta quando elaborarem o projecto.-----

-----Solicitou a compreensão dos membros da Assembleia, uma vez que o que está em causa é pouco mais do que uma “carta de conforto”, e os empresários necessitam de saber se o concelho de Torres Vedras vê com bons olhos este investimento, e a seu tempo serão disponibilizadas mais informações.-----

-----Quanto à questão do 30% - 70% , lembrou que a Assembleia revogou a sua posição, sob a pena de bloquear todo o PDM, mas em termos de ordenamento do território a posição inicial da Assembleia de Torres Vedras foi a correcta, e a prova é que o outro instrumento mais alto de valor jurídico territorial o vai corrigir.-----

-----O **Sr. Hugo Martins**, questionou se não faria sentido a Câmara Municipal obter junto do Ministério da Economia um pedido para que, com esta “carta de conforto” o projecto em causa pudesse ser um PIN – Plano Interesse Nacional.-----

O **Sr. Alfredo Reis** começou por indicar que as questões levantadas pela CDU, não estavam em discussão nesta sessão. O que estava em causa era o interesse municipal, a que se seguirão diversos procedimentos, com várias entidades a analisar e a dar parecer, e como tal iria votar a favor.-----Inquiriu se por alguma razão o PROT não alterar a alínea g) do n.º 2, do art.º 130 do PDM para 70% os promotores continuarão ou

não interessados neste investimento com a actual redacção.-----O **Sr. Sérgio Jacinto** disse que este empreendimento tem todas as condições para que seja declarado o interesse municipal, e eventualmente o interesse nacional.-----Frisou que é um investimento que gera empregos, e claramente e o município de Torres Vedras e Portugal estão bem carecidos deles.-----Aproveitou para fazer um apelo aos conhecimentos de história, e de historiografia dos colegas da Assembleia Municipal para recordar a má decisão autárquica que foi ao seu tempo a origem da ida da universidade de Coimbra para Coimbra e não ter ficado em Torres Vedras.-----O **Sr. Luís Miranda** salientou que o concelho e o país só têm a ganhar com investimentos, sejam eles de que índole forem, pelo que votaria a favor.-----No entanto e a título pessoal, registou os votos para que este investimento seja um projecto verdadeiramente turístico e não imobiliário encapotado de projecto turístico.-----O **Sr. Jorge Ferreira** começou por indicar que também partilhava as preocupações manifestadas pelo interveniente anterior.-----Depois, abordando as intervenções da CDU e do membro Flores da Cunha, fez notar que o ofício distribuído informa que para o desenvolvimento do projecto deverão ser considerados uma série de pressupostos que são claros e dissuasores das preocupações manifestadas nestas intervenções.-----

-----Em resposta à questão do líder da bancada do Partido Social Democrata, o **Sr. António Carneiro** disse não ter dúvidas que com 70/30 não haverá investimentos destes no concelho.-----Informou também que não há empreendimentos imobiliários fora dos perímetros urbanos, e a imobiliária que existe dentro dos empreendimentos turísticos é o turismo residencial, e casas em regime de aluguer.-----

Novamente no uso da palavra o **Sr. Paulo Gonçalves** e abordando a alusão do colega António Carneiro ao facto de viverem num estado de direito, e que o promotor tem direito, fez notar que isso não estava em causa, e a Coligação Democrática Unitária também tinha o direito de agir e decidir em conformidade.-----

-Quanto à falta de regulamento para pedidos de interesse municipal, entendia que era desejável que o pedido fosse mais claro e mais preciso, porque o ónus de bondade do empreendimento e das intenções deviam estar do lado do promotor e não devia ser a Assembleia Municipal a impor que se tem que estar de acordo com o PDM em vigor, até porque a expectativa é com o que irá lá existir, não seja de acordo com o regulamento actual.-----Para encerrar as intervenções teve

a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por responder ao membro Paulo Gonçalves, reafirmando que este e qualquer empreendimento turístico que se instale no concelho tem que respeitar o PDM que estiver em vigor, à data da sua aprovação.-----Lembrou também que o percurso que este processo teve na Câmara, do qual já deu nota, é a prova de que o PDM tem que ser respeitado.-----Por último, alertou a Assembleia Municipal que com as actuais regras do PDM, Torres Vedras não terá um único empreendimento turístico, e para chegar a esta conclusão bastava fazer as contas do 30/70.-----

-----De seguida o Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto supra identificado:-----A Assembleia Municipal deliberou, ratificar, por maioria, com 38 votos a favor e 4 votos contra, a Declaração de Interesse Municipal para conjunto Turístico “Sizandro Village Resort”, sito na Praia Azul, freguesia de Silveira, requerida por Merridale Investment Partnership Lda – processo IO/69/7, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 130 do PDM ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007 de 26 de Setembro de 2007.-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 5- APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, na qual a dívida a fornecedores em 17 de Dezembro ascendia a € 2.607.181,47 com saldo de tesouraria de €1.308.529,48.-----

-----Iniciou as intervenções o membro **Sérgio Jacinto** para solicitar informações sobre a evolução do Plano de Estratégia de Mobilidade da Cidade de Torres Vedras, uma vez que o mesmo vai atingir todos os torrienses, e todos os que nos visitam.-----De seguida o membro **João Bastos**, questionou qual era o ponto de situação em relação às rectificações que era necessário fazer no Plano Director Municipal ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007 de 26 de Setembro de 2007, uma vez que o edil informou que o processo se encontrava no Gabinete Jurídico.-----

-----Disse que tem conhecimento que os serviços da Câmara estão a ser certificados, e alertou para o facto de se ter apercebido que todos documentos que dão entrada nos serviços de atendimento da Câmara terem de ser rubricados por quem os recebe, o que entendia ser desnecessário e algo

exagerado no que se refere aos processos de obras, e solicitou que o edil estivesse atento a esta situação.-----

----Informou que tirou da Internet a proposta de regulamento de estacionamento, cargas e descargas e remoção de veículos abandonados no município de Torres Vedras, que está em discussão pública, com o qual estava de acordo genericamente, excepto no que respeita à fiscalização, e que já m a n i f e s t o u n e s t a A s s e m b l e i a n a s e s s ã o anterior.-----Tendo presente que, apesar do

esforço da autarquias em matéria de estacionamento que poderia ter potenciado o uso do vaivém na cidade, o mesmo continua vazio, sugeriu que a autarquia acabe com este meio de transporte ou ponha em vigor o regulamento de cargas e descargas, uma vez que o vaivém só passará ser utilizado a partir do momento em que este regulamento estiver em vigor.-----

----A **Sra. Laura Rodrigues** tomou a palavra para agradecer o envio a todos os membros pelo Sector de Educação, do relatório de Enriquecimento Curricular do ano de 2006/2007 e para solicitar que lhe fossem prestados alguns esclarecimentos sobre a Variante de A-dos-Cunhados.-----

----O **Sr. Marco Claudino**, aludindo à recente nomeação do Sr. António Esteveira para Presidente do Conselho de Administração, disse que não duvidava do seu altruísmo puro, mas não entendia como é que vai gratuitamente prestar este serviço, pelo menos por enquanto.-----O **Sr. Luís Saldanha** debruçou-se sobre a actividade da

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens quanto ao acompanhamento de diversos processos com 116 crianças envolvidas e 43 novos processos, o que se traduz num aumento de quase 30%.-----Deste modo e tendo em conta a moção apresentada no dia anterior que tinha por base o aumento da natalidade, o que é importante, lembrou que também é importante os que nasceram e estão vivos, e nesta vertente a autarquia deve envidar todos os esforços para fazer um maior acompanhamento, e ajudar as crianças e as famílias em situações de risco.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, reportando-se ao Ordenamento de Território no documento em apreço, e tendo em conta os Planos de Urbanização e Planos de Pormenor que são referenciados, disse que estes instrumentos de ordenamento são um bom pretexto para avaliarem da eficácia das recentes alterações legislativas em matéria de elaboração, alteração, revisão e aprovação destes instrumentos.-----

----Disse ainda que tinham uma oportunidade de verificar se com o novo quadro legal, estes instrumentos passam a ter uma evolução no tempo diferente daquela que tem tido até agora.-----

----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por elucidar que não é o Plano de Mobilidade que será presente à Assembleia mas o Regulamento de Estacionamento Cargas e Descargas e Remoção de Veículos Abandonados do Município de Torres

